

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VANESSA SCHEUNEMANN MERKLE

**A POLÍTICA EXTERNA VOLTADA PARA A SEGURANÇA ENERGÉTICA:
O CASO DA CHINA**

FLORIANÓPOLIS, SC

2016

VANESSA SCHEUNEMANN MERKLE

**A POLÍTICA EXTERNA VOLTADA PARA A SEGURANÇA ENERGÉTICA:
O CASO DA CHINA**

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Helton Ricardo Ouriques.

FLORIANÓPOLIS, SC

2016

Vanessa Scheunemann Merkle

**A POLÍTICA EXTERNA VOLTADA PARA A SEGURANÇA ENERGÉTICA:
O CASO DA CHINA**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota (9,0) à aluna Vanessa Scheunemann Merkle na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques (Orientador)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Marcos Alves Valente

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Iara Costa Leite

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, gostaria de demonstrar aqui
minha gratidão, especialmente:

Aos meus pais, Rogério Merkle e Denise Scheunemann Merkle, por todo o incentivo e
apoio prestado por toda minha graduação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques, pela orientação e aprendizado.

RESUMO

O rápido crescimento econômico e a forte industrialização da China fizeram com que o país emergisse como uma potência na região da Ásia Oriental nos últimos anos. No entanto, a ascensão chinesa transformou o país em um forte consumidor de energia. Para resolver a situação e aumentar a segurança energética nacional, o país tem buscado investir em energia renovável e, ao mesmo tempo, procurar novos fornecedores externos de petróleo. Para este último objetivo, a política externa do país ganhou destaque e fez com que a China procurasse parcerias com seus vizinhos asiáticos, com a África, América Latina, Rússia e Oriente Médio. Este trabalho objetiva analisar os aspectos relevantes da segurança energética chinesa e a trajetória da política externa chinesa, com foco especial nas estratégias tomadas pelo governo chinês para assegurar o fornecimento de energia ao país e continuar seu crescimento econômico.

Palavras-chave: China, energia, segurança energética, política externa.

ABSTRACT

China's rapid economic growth and strong industrialization has led the country to emerge as a powerhouse in the East Asia region in recent years. However, the Chinese rise has transformed the country into a strong consumer of energy. To resolve the situation and increase national energy security, the country has sought to invest in renewable energy while at the same time seeking new external oil suppliers. For this last objective, the country's foreign policy gained prominence and caused China to seek partnerships with its Asian neighbors, with Africa, Latin America, Russia and the Middle East. This paper aims to analyze the relevant aspects of Chinese energy security and the trajectory of Chinese foreign policy, with a special focus on strategies taken by the Chinese government to ensure the country's energy supply and to continue its economic growth

Keywords: China, energy, energy security, foreign policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A estrutura do PIB chinês nos anos 1952-2006.....	18
Figura 2: Desenvolvimento global de energia eólica em 2013	40
Figura 3: Recursos e Reservas da Formação “Vaca Muerta”	51
Figura 4: Objetivos energéticos da China para 2020.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB chinês (US\$)	17
Gráfico 2: Exportações chinesas (US\$) de 1992 até 2015	19
Gráfico 3: Importações chinesas (US\$) de 1992 até 2015	20
Gráfico 4: Balança Comercial chinesa (US\$)	21
Gráfico 5: Investimento Externo Direito e Taxa de Crescimento (PIB)	22
Gráfico 6: Investimento, consumo e Produto Interno Bruto	22
Gráfico 7: Composição da Matriz Energética da China (2011)	30
Gráfico 8: Consumo e produção de energia de 1997 até 2007	31
Gráfico 9: Consumo e produção de petróleo de 2000 até 2009	31
Gráfico 10: Importações de petróleo pela China de 1992 até 2015	34
Gráfico 11: Importação de petróleo pela China em 2013 (por país de origem)	41
Gráfico 12: O desenvolvimento das importações de petróleo pela China	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: PIB chinês (US\$)	17
Tabela 2: O mercado de automóveis chinês.....	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CAPÍTULO 1: O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS.....	16
2.1. A macroeconomia da República Popular da China	16
2.2. O crescimento econômico trazido pelos investimentos	22
3. CAPÍTULO 2: A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NA CHINA	27
3.1. A RPC e sua demanda por energia: um breve histórico	28
3.2. O crescimento da demanda por energia na China.....	29
4. CAPÍTULO 3: A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA	36
5. CAPÍTULO 4: POLÍTICA EXTERNA ENERGÉTICA DA CHINA.....	45
5.1. A Política Externa chinesa.....	45
5.2. A política externa energética da China	47
6. CAPÍTULO 5: AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ENERGÉTICAS DA CHINA	58
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	62
ANEXO A	64
ANEXO B	65
ANEXO C	66
ANEXO D	67
ANEXO E.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	69

1. INTRODUÇÃO

A trajetória de desenvolvimento econômico protagonizada pela República Popular da China (RPC) nas últimas décadas resultou no ressurgimento do país como uma potência em seu entorno regional e como forte candidata a potência global no cenário das relações políticas e econômicas internacionais nos próximos anos. O país, já considerado o gigante asiático, possui a maior população e o segundo maior PIB do mundo. Seu acelerado e forte crescimento econômico surpreendeu o Sistema Internacional e ainda é alvo de muitos estudos que tentam apontar quais foram as condições essenciais que trouxeram seu desenvolvimento para, assim, servir de modelo para outras nações.

É importante destacar, porém, que todo esse crescimento exigiu muito do país no que tange ao meio ambiente, às matérias-primas e à energia. O objetivo desse trabalho foi analisar uma dessas questões, a energia, que é a base de todo progresso da civilização humana e é condição indispensável para o desenvolvimento da sociedade atual, sendo a questão energética estratégica para a contínua modernização e prosperidade da sociedade.

Os líderes do Partido Comunista da China (PCC), logo na formação da RPC, já buscavam a autossuficiência energética, porém, foi apenas a partir de 1993, ano em que país se tornou importador de petróleo, que a questão ganhou a importância que possui hoje. A forte transformação no ciclo produtivo do país, agregando cada vez mais tecnologia em sua fabricação foi outra responsável pelo agravamento da situação.

O país, então, buscou aumentar sua segurança energética e, desde aquele período, a indústria energética do país fez vários avanços que tornaram a China o maior produtor de energia do mundo, com uma matriz cada vez mais diversificada, composta por carvão, nucleoeletricidade, petróleo, gás natural e fontes renováveis, como solar, hidráulica e eólica.

A motivação em escolher tratar nesta pesquisa sobre a questão energética chinesa foi a utilização da política externa do país para aumentar a segurança energética. A intensa busca por energia, principalmente pelo petróleo, levou a RPC a negociar e investir em países não tão tradicionais como fornecedores de energia para assegurar seu fornecimento. Dessa forma, a China começou sua vigorosa busca por parceiros na África, Ásia e América Latina, além da já tradicional parceria com a Rússia e o Oriente Médio.

A pergunta de pesquisa foi “a segurança energética da China influenciou as tomadas de decisão de política externa?” e o objetivo geral foi descobrir que papel a política externa possuiu para aumentar a segurança energética chinesa. Para isso foram elencados alguns

objetivos específicos: 1) mostrar a necessidade da energia, que nesse caso serve para o contínuo crescimento econômico do país; 2) analisar o aumento da demanda por energia; 3) analisar a segurança energética na China; 4) Verificar as ações tomadas pela China no que tange à política externa energética do país; e 5) analisar quais foram as principais estratégias chinesas para aumentar sua segurança energética, levando em conta as ações tomadas pela China.

A metodologia empregada foi uma revisão bibliográfica e uma pesquisa descritiva, utilizando dados de autores renomados, jornais e bancos de dados como o UN Comtrade, o Banco Mundial e a Agência Internacional de Energia. A delimitação temporal foi de 1950 em diante, com uma ênfase maior dada aos acontecimentos do século XXI.

O estudo justifica-se, assim, em observar, em uma primeira parte, o contexto do crescimento econômico chinês para, em seguida tratar da demanda do país por energia. Depois, o estudo focará na segurança energética, em sua política externa e nas estratégias utilizadas pela China e seus objetivos de agora em diante.

O estudo não objetiva criar hipóteses sobre como se desencadeia as parcerias chinesas com outros países ou os impactos de sua atuação nesses países e na comunidade internacional. Também não era um objetivo do trabalho verificar se a China se caracteriza como imperialista ou se ela representa um novo modelo de crescimento econômico. No entanto, buscar-se-á, ao final da pesquisa, uma maior compreensão sobre a realidade energética da China atualmente, quais foram as principais estratégias utilizadas para alcançar uma maior segurança energética e o papel que a política externa chinesa teve para que os objetivos energéticos fossem alcançados.

2. CAPÍTULO 1: O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

2.1. A macroeconomia da República Popular da China

A República Popular da China (RPC), criada em 1949, passou por duas mudanças fundamentais para se tornar o “gigante asiático” que é hoje: a primeira foi o processo de industrialização, contínuo e acelerado, incumbido da elevada taxa de crescimento econômico chinês; já a segunda foi a extensa transição institucional, com a modificação de uma economia centralmente planejada para um capitalismo de Estado.

Essas transformações se deram principalmente a partir 1978, quando o ritmo da urbanização aumentou; uma classe capitalista e um setor doméstico e internacionalizado emergiram; formou-se um mercado de trabalho, com a comercialização do uso das terras e com a privatização do excedente social. Entretanto, não foram apenas essas as alterações que ocorreram. Do isolamento autárquico vigente até a década de 1980, a China despontou como um centro manufatureiro, o segundo maior mercado exportador mundial e um dos maiores mercados internacionalizados. E isso sem interromper a trajetória de acumulação liderada pelo Estado. (MEDEIROS, 2013).

É preciso citar, contudo, que as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC) entre 1978 e 1992, que acarretaram na construção de relações sociais e econômicas capitalistas, resultaram no fim da sociedade extremamente igualitária que existia na China naquele momento. O resultado disso foi um amplo processo de acumulação de renda a favor dos novos capitalistas, das camadas médias urbanas emergentes e na redução dos mecanismos de proteção social. Essa estratégia foi chamada de *getting rich first*. (MEDEIROS, 2013).

Não existe um consenso entre os economistas sobre os determinantes do crescimento chinês. As discrepâncias provêm tanto dos modelos teóricos adotados como da periodização e da base de dados utilizada¹. Entretanto, há uma convergência no que tange à combinação de uma alta taxa de acumulação de capital industrial em uma economia com excedente de mão

¹ Como pode ser visto no anexo A (p. 66)

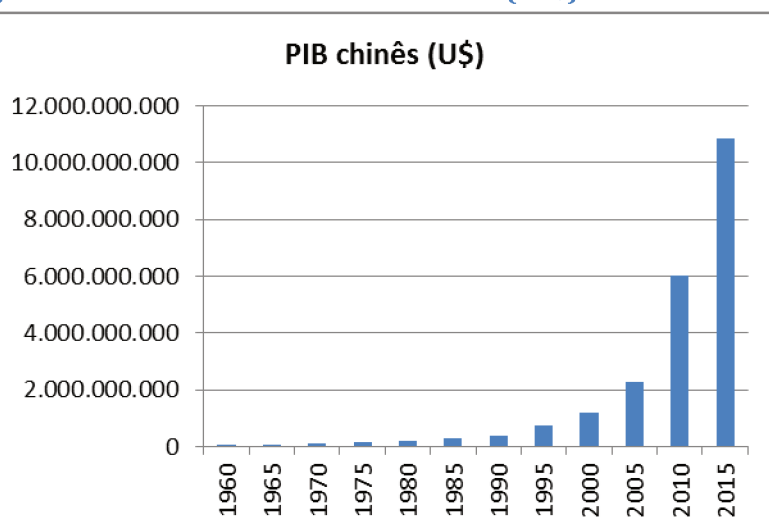
de obra (o efeito dos deslocamentos intersetoriais desse excedente teria sido dominante sobre a produtividade). Além desse fator, segundo Medeiros (2013), o *catching up* tecnológico (associado à cópia de técnicas e tecnologias importadas) teria sido “particularmente relevante para a diversificação e sofisticação das exportações e elevação em geral da produtividade chinesa”. (2013, p.439).

A tabela e o gráfico abaixo demonstram o crescimento do PIB chinês de 1960 até 2015.

Tabela 1: PIB chinês (US\$)

Anos	PIB
1960	59.184.000
1965	69.709.000
1970	91.506.000
1975	161.162.000
1980	189.650.000
1985	307.480.000
1990	358.973.000
1995	732.032.000
2000	1.205.000.000
2005	2.269.000.000
2010	6.040.000.000
2015	10.866.000.000

Gráfico 1: PIB chinês (US\$)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial 2016.

Podemos observar que, enquanto o crescimento em si ocorreu desde o princípio, dois quinquênios apresentaram um crescimento especialmente bom. Foram os casos dos anos 1990 a 1994 e dos anos 2005 a 2009. No primeiro caso, a criação das zonas econômicas especiais (ZEE) na década anterior foi um dentre vários motivos para o rápido crescimento. As ZEE consistem em áreas especificamente destinadas para o direcionamento da atividade industrial pelo oferecimento de vantagens para atrair investimentos estrangeiros. As zonas, além disso, se caracterizam pelo fator empregatício, posto que as fábricas e indústrias necessitam de mão de obra tanto qualificada quanto não qualificada. No segundo caso, a maior internacionalização chinesa seguida por uma balança comercial² especialmente vantajosa durante o quinquênio foram algumas das razões para o crescimento do PIB ter apresentado um pico de 2005 a 2009.

² Podemos conferir isso no gráfico 4 na página 20

Um ponto a ser destacado sobre a economia China é a sua concentração na indústria. Na figura a seguir podemos observar a estrutura do PIB chinês nos anos de 1952, 1978, 1995 e 2006, e, a partir dela, notar o peso que a indústria chinesa possui no PIB do país e a diminuição do papel da agricultura através dos anos.

Figura 1: A estrutura do PIB chinês nos anos 1952-2006

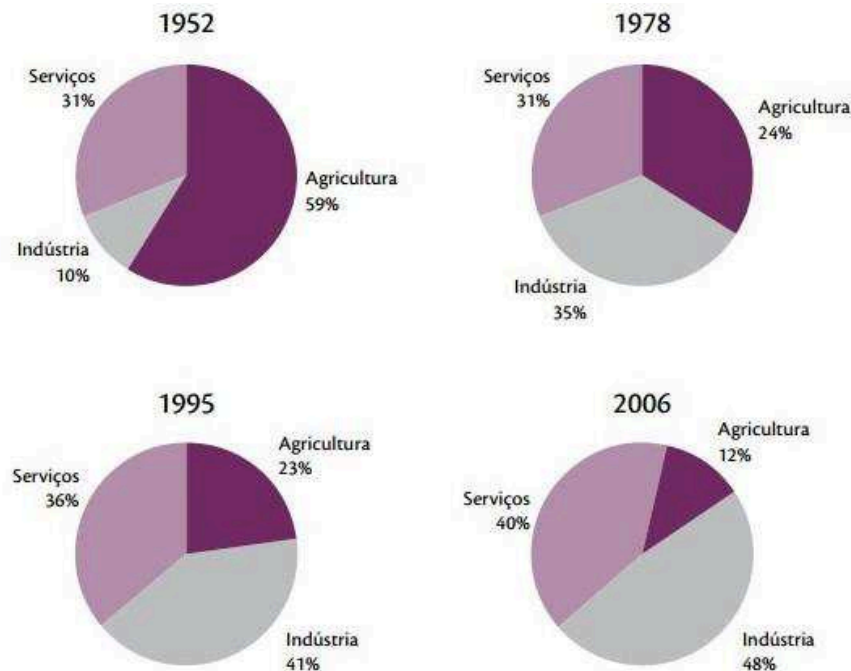


Figura 1. Estrutura do PIB chinês, 1952-2006

Fonte: Maddison (1995); WDI.

Fonte: Medeiros (2013)

Um dos fatores que mais auxiliou o crescimento do PIB foram justamente as crescentes exportações chinesas de manufaturados. Segundo Palley (2007 apud MEDEIROS, 2013), o saldo comercial chinês cresceu substancialmente graças às exportações que, por sua vez, foram impulsionadas pelos fluxos de Investimento Direto Externo (IDE), que veremos mais adiante.

Segundo Lyrio (2010), o que impressiona na evolução do comércio exterior chinês, entretanto, não é apenas o ritmo de crescimento das exportações e das importações, mas também e principalmente o grau cada vez maior de agregação de valor à produção voltada para a exportação. Produtos industriais tradicionais, como têxteis, continuam a gerar somas impressionantes (US\$ 115 bilhões só em 2007), porém, representam uma proporção cada vez menor na pauta exportadora chinesa (apenas 9,4% em 2007). Em contrapartida, bens como

máquinas e produtos eletrônicos correspondem a fatias crescentes das vendas do país (US\$ 701 bilhões em 2007, o que equivale a 57,6% das exportações totais de bens naquele ano). Lyrio (2010, p. 48) ainda complementa;

Somente os produtos de alta tecnologia proporcionaram o equivalente a US\$ 347,8 bilhões de dólares em 2007, mais de sete vezes o valor de 2001. O percentual de tais produtos nas exportações totais da China subiu de 17,5% em 2001 para 28,6% em 2007, ou seja, para cada quatro dólares vendidos pela China, mais de um dólar provém da exportação de produtos de alta tecnologia. A esse crescimento na agregação de valor tem correspondido também uma participação cada vez maior no comércio exterior de empresas de capital estrangeiro instaladas em território chinês. Em 2007, as multinacionais estrangeiras foram responsáveis por 57% do total das exportações chinesas e, no caso de produtos de alta tecnologia, por quase 90% das vendas ao exterior.

No próximo gráfico poderemos verificar o aumento das exportações chinesas de 1992 até 2015 em dólares:

Gráfico 2: Exportações chinesas (US\$) de 1992 até 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade (United Nations Commodity Trade Statistics Database) 2016.

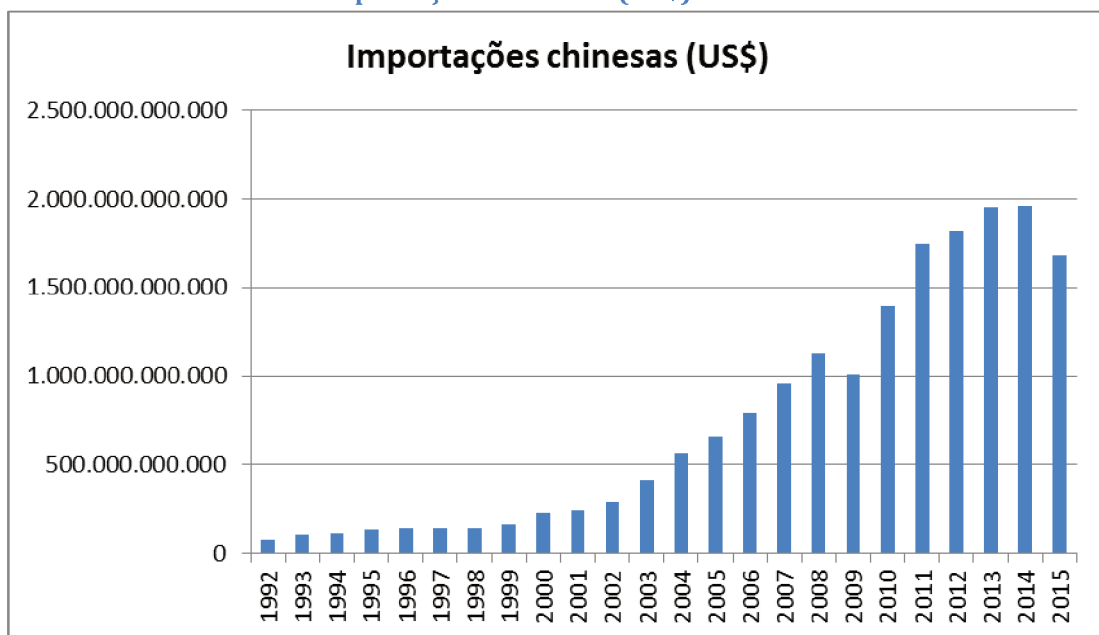
Realmente podemos notar um rápido e contínuo crescimento, com a exceção de 2009, devido à crise mundial, e 2015 pela mudança de postura adotada pela China no mercado mundial em face de sua nova realidade. E a análise de Lyrio (2010) faz sentido, posto que ao agregar valor, os produtos podem ser vendidos por um preço maior, graças ao custo e a P&D (pesquisa e desenvolvimento) envolvidos na produção, o que faria com que se tornasse mais fácil aumentar as somas de dinheiro direcionadas à RPC. Os chineses acabaram conseguindo

mercado para seus produtos pelo preço mais barato que similares já vendidos por outros países à custa de um salário bem mais baixo para sua população. Isso ocorre em grande parte devido a enorme quantidade de pessoas que vivem na China e ao forte êxodo rural do país, o que faz com que haja muita demanda por emprego e mantêm os salários baixos.

A RPC, com produtos com maior valor agregado (mais tecnologia envolvida em sua produção), não necessitava mais procurar novos mercados a todo custo para aumentar suas exportações. Agora ela poderia também vender produtos mais caros para os mercados em que ela já conhecia e conseguir o mesmo ou até melhores resultados. Assim, a China, conseguiu aumentar cada vez mais o valor agregado de suas exportações, atingindo não apenas um superávit comercial total melhor, mas um superávit em produtos de alta tecnologia, que também vem crescendo nos anos recentes (NONNENBERG, 2010; LYRIO, 2010).

Mesmo a China sendo um grande exportador, a RPC não pode ser considerada atualmente um *export-led*, como é o caso de muitos países asiáticos. Isso ocorre porque, apesar da China exportar em torno de 40% de sua renda (Medeiros, 2013), o país também importa muito. Isso significa que, no caso chinês, assim como no caso mexicano, com suas plataformas de exportação, o efeito multiplicador das exportações acaba saindo do país. No gráfico a seguir conseguimos observar o montante importado pela China e confirmar a teoria.

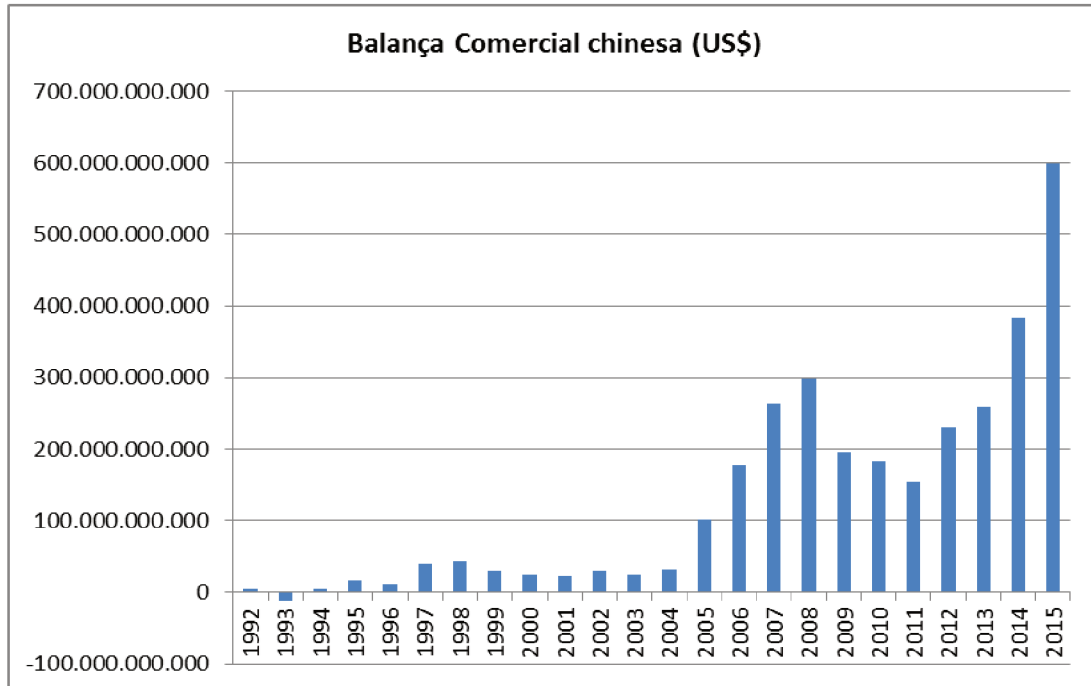
Gráfico 3: Importações chinesas (US\$) de 1992 até 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade (United Nations Commodity Trade Statistics Database) 2016.

Embora o país, com exceção de 1993, exporte mais do que importe, a sua balança comercial, como anunciado acima, não possui uma diferença tão significativa a ponto de caracterizar o país como *export-led*. No gráfico abaixo, isso se torna claro quando verificamos a diferença existente no intervalo de dados do eixo y em comparação com os dos gráficos 2 e 3 durante o mesmo intervalo de tempo.

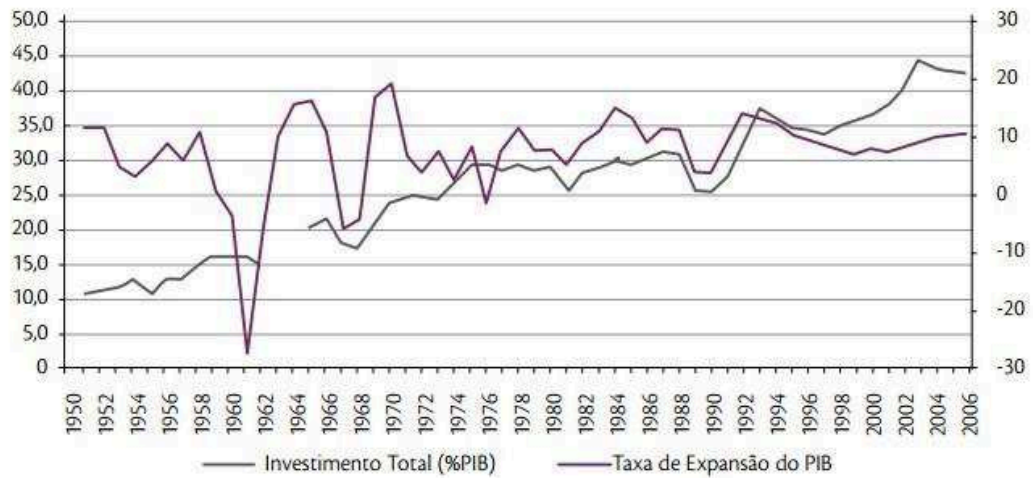
Gráfico 4: Balança Comercial chinesa (US\$)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade (United Nations Commodity Trade Statistics Database) 2016.

A alteração na estrutura produtiva, a diversificação das exportações e o esforço tecnológico, como já mencionado vem ocasionando rápido deslocamento das exportações chinesas na direção de bens com maior conteúdo tecnológico, sobretudo na TI. Dessa forma, o país começa a apresentar significantes ganhos no saldo comercial a partir de 2005 que podem modificar a classificação da China no futuro, mesmo que, no momento, essa não seja uma prioridade do país.

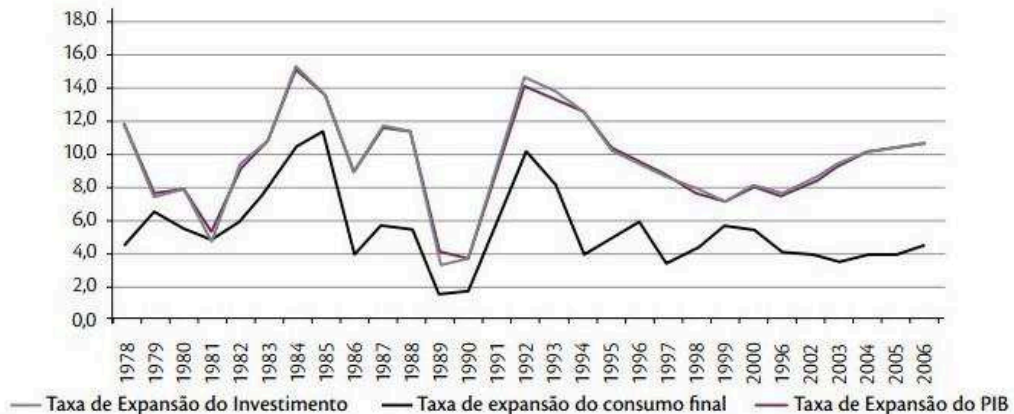
A conjuntura da República Popular da China atualmente se enquadra em uma dinâmica macroeconômica em que os investimentos foram os principais componentes e indutores do ciclo econômico. Isso significa que a “máquina de crescimento” chinesa, na realidade, é o investimento externo direto (IED). Os gráficos abaixo podem auxiliar essa interpretação:

Gráfico 5: Investimento Externo Direito e Produto Interno Bruto**Gráfico 11. Investimento/PIB* e taxa de crescimento do PIB**(1950-2006)**

Fonte: * IMF/IFS - Investimento Total (Porcentagem do PIB).

** GDF & WDI – Taxa de Expansão PIB (Percentual).

Fonte: Medeiros (2013)

Gráfico 6: Investimento, consumo e Produto Interno Bruto**Gráfico 12. Taxa de expansão do investimento*, do consumo** e do PIB (1978-2006)**

Fonte: *IMF/IFS.

**China Statistical Yearbook Tab 2-20 Contribution Share and Contribution of the Three Components of GDP to the Growth of GDP.

Fonte: Medeiros (2013).

Dessa forma, os investimentos lideram não só o movimento tendencial como os próprios ciclos econômicos. Para uma melhor compreensão, faremos um breve histórico dos investimentos na China a seguir.

2.2. O crescimento econômico trazido pelos investimentos

Até a abertura econômica chinesa o ciclo econômico chinês foi determinado pela produção agrícola, preço dos grãos e capacidade de importar. Após 1978, com a abertura e as

reformas econômicas instituídas por Deng Xiaoping, os ciclos econômicos da China convergiram com aqueles típicos de economias capitalistas, em que as restrições externas, desproporções intrassetoriais e variações da demanda efetiva exercem grande influência sobre a taxa de investimento.

Na década seguinte, a China teve uma fase de grande aceleração do crescimento econômico, principalmente causada pela expansão do consumo das famílias, pelos investimentos nas empresas de vilas e municípios e pelos investimentos estatais. Ao mesmo tempo, eram extintas as comunas e adotado um sistema de responsabilidade familiar e elevado os preços agrícolas, o que resultou em aumento de produtividade, produção e renda rural. Isto, associado a maior autonomia ganha pelas empresas e bancos estatais, foram as premissas para a criação de milhares de novas empresas de vilas e municípios, o que ampliou e difundiu a posse de bens de consumo industriais.

Os anos 1990 foram marcados pela afirmação da abertura econômica e da liderança de Deng Xiaoping e por um conjunto de reformas liberalizantes. Esse novo ciclo foi definido por uma grande expansão dos IED e das exportações. Ambos possibilitaram o direcionamento dos fluxos de investimento para capital fixo, tanto das empresas estatais quanto das privadas, e forte expansão do consumo chinês.

Os IEDs chineses, naquele período, provinham principalmente do Japão e dos Tigres Asiáticos (Coréia, Taiwan, Hong Kong e Singapura) com o objetivo de contornar a pressão de custos decorrente da valorização do yen (moeda japonesa) em relação ao dólar. Enquanto durou o “endaka” (expressão japonesa para o período marcado pela valorização extraordinária do yen, especialmente entre 1985-95), a China, do mesmo modo que diversos países da Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), beneficiou-se dos investimentos externos e do comércio regional a eles associados.

Com a desvalorização do yen a partir de 1996 e a modificação da estrutura do financiamento externo asiático, agora com forte expansão dos capitais de curto prazo, os fluxos de IED, tal como os de comércio, sofreram um significativo deslocamento dos países asiáticos em direção à China. Além disso, com o câmbio desvalorizado em relação aos seus competidores e com o sucesso das redes de comércio estabelecidas nas ZEE, a China deslocou produtores da ASEAN do mercado americano. Em consequência, a participação dos EUA nas exportações chinesas cresceu extraordinariamente nessa década.

Já o ciclo de expansão dos investimentos estatais da China ao longo dessa década foi acompanhado por uma nova estratégia industrial: o governo selecionou 120 grupos empresariais para formar um “national team” em setores de importância estratégica. Esses setores foram eleitos como fundamentais para a força, o crescimento continuado e a defesa de uma sociedade tecnologicamente avançada, moderna, urbana e industrial.

Os setores escolhidos incluíram geração elétrica, carvão, automóveis, eletrônica, ferro e aço, máquinas, química, material de construção, transporte, aeroespacial, e farmacêutica. Este time especial formado por empresas estatais obteve concessões especiais, tarifas protetivas, e amplo apoio financeiro dos quatro principais bancos estatais chineses e do Export-Import Bank. Em sua política “manter as grandes empresas públicas e deixar escapar as menores” a estratégia era diversificar simultaneamente as exportações através de política tecnológica e de investimentos e a modernização da infraestrutura de forma a integrar populações e territórios do interior. (MEDEIROS, 2006).

De 2001 a diante, sob vigência do 10º Plano Quinquenal, um novo ciclo expansivo foi iniciado, impulsionado por investimentos em infraestrutura, pelo processo de urbanização e reformas sobre a comercialização das terras urbanas. Segundo Medeiros (2011), estes investimentos desencadearam outros investimentos, dessa vez na indústria pesada (ferro, aço, cimento, alumínio, vidro e química) representando um amplo processo de substituição de importações e de diversificação de exportações, que por sua vez também aumentaram.

Ainda de acordo com o autor, a China passou a assumir a posição de terceiro maior mercado de automóveis e quarto produtor mundial. Essa expansão e o processo de substituição de importações foram os principais responsáveis pela atração de IED, que ainda foi beneficiado pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Essas transformações beneficiaram muito tanto as importações quanto as exportações, o que fez com que o saldo comercial a partir de 2003 tivesse um crescimento substancial.

Contudo, segundo Nonnenberg (2010, p. 215), os investimentos, sendo realizados principalmente pelas empresas, são limitados pela rentabilidade esperada dos novos projetos. Assim, é extremamente difícil a China continuar crescendo com uma dependência tão forte em investimentos. O autor ainda defende que

O aumento da capacidade produtiva tem que ser absorvido pela expansão das exportações ou do consumo, caso contrário a ociosidade irá aumentando cada vez mais, reduzindo acentuadamente a rentabilidade de novos investimentos, o que

poderia provocar uma redução abrupta do processo de crescimento. Não se pode perder de vista o fato de que, apesar da grande participação de empresas estatais na economia, a China funciona com base nas leis do mercado.

As projeções do Banco Mundial parecem concordar com Nonnenberg, posto que, de acordo com elas, o país poderá crescer, até 2030, abaixo dos dois dígitos, diferente da situação apresentada até 2010. Os dados de Justino e Filho (2016) também levam a essa conclusão quando evidenciam que entre 2011 e 2015 o Produto Interno Bruto (PIB) será de 9% em média; entre 2016 e 2020 corresponderá a 7% em média; entre 2021 e 2025 equivalerá a 6%; e entre 2026 e 2030 será de 5% em média (PADUAN e SALOMÃO, 2012 apud NONNENBERG, 2010).

Até o momento, a China parece ter optado por aumentar o consumo de sua população, no lugar da expansão das exportações e, dessa maneira, melhorar o poder de compra e qualidade de vida da população. A estratégia *getting rich first* parece ter dado certo e o governo se voltado agora para uma maior divisão do que adquiriu nessas últimas décadas. Assim, a potência asiática deverá direcionar políticas econômicas para o mercado doméstico.

A China, é importante ressaltar, parecia já estar caminhando nessa direção. Isso porque, segundo o PNUD (apud NONNENBERG, 2010, p. 201), “apenas entre 1990 e 2002, o número de chineses com rendimento abaixo de US\$ 1,00/dia caiu de 490 milhões para 88 milhões”. Além disso, “o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China passou de 0,53 em 1975 para 0,78 em 2006” e a população urbana, que representava cerca de 18% do total em 1978, passou a quase 44% em 2006. O autor também observa que o PIB per capita chinês cresceu quase dez vezes entre 1978 e 2004, de acordo com o Center for International Comparisons of Production, Income and Prices, da Universidade da Pennsylvania.

Para o futuro, segundo o Banco Mundial, podemos esperar um aumento do consumo das famílias, que elevará a demanda por alimentos e a contribuição para o desenvolvimento. Conseqüentemente, haverá um aumento da participação do consumo das famílias no PIB de 49% em 2010 para 66% em 2030 (PADUAN e SALOMÃO, 2012, apud FILHO e JUSTINO, 2016). Esse consumo, devido à migração das famílias do campo para a cidade (urbanização), não poderá ser suprido apenas com a produção interna, o que tornará necessária a realização de expressivas importações de gêneros alimentícios.

Devido ao tamanho da sua população³, a elevação da renda média chinesa, que ainda situa-se em níveis muito modestos em termos internacionais, leva a grandes transformações no tamanho absoluto do mercado consumidor. Assim, por exemplo, o mercado de televisão, de telefones celulares e de usuários da Internet, que atualmente está do tamanho dos EUA, se tornará o maior do mundo. É este grande mercado interno o centro de gravidade para a dinâmica economia asiática (MEDEIROS, 2006). No próximo capítulo analisaremos as consequências disso para o setor energético chinês.

³ A China possui 1.351 bilhões de habitantes (valores de 2012) de acordo com Downs (2004), o que representa cerca de 20% da população mundial (ROSEN e HOUSER, 2007 apud MEDEIROS, 2011).

3. CAPÍTULO 2: A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NA CHINA

De acordo com Lyrio (2010), são três as questões cruciais para o desenvolvimento chinês: o progresso científico e tecnológico, o acesso à energia, e a preservação do meio ambiente. A falta de qualquer um deles poderia lançar dúvidas sobre a manutenção do crescimento econômico no país e, por extensão, sobre sua capacidade de constituir uma base econômica suficientemente ampla para sustentar uma elevação do perfil militar condizente com o status de grande potência. Neste trabalho trataremos sobre uma dessas três questões: o acesso à energia.

A manutenção do suprimento de energia em contexto de crescimento econômico acelerado e de uma escassa disponibilidade de recursos energéticos próprios em território chinês poderia travar o seu crescimento econômico. Para um país como a China, que atravessa um estágio de desenvolvimento particularmente intensivo em energia – principalmente pela alta concentração da produção no setor industrial, pela superprodução e pela ineficiência energética em muitos ramos, como o químico e o siderúrgico –, o acesso crescente a fontes e supridores de energia é um imperativo para a continuidade do crescimento e para a estabilidade política do regime.

Historicamente, em países com acelerado processo de desenvolvimento, o aumento anual médio do consumo de energia tende a ser mais alto do que o próprio ritmo de crescimento econômico. As etapas iniciais e intermediárias de industrialização e de urbanização costumam privilegiar atividades altamente intensivas no uso de energia e matérias-primas, como construção civil, infraestrutura e siderurgia. Após certo tempo, o crescimento das classes médias e urbanas tende a provocar uma mudança na estrutura de produção e, assim, valorizar o setor de serviços, menos intensivo em energia, e a uma transição no setor industrial, antes mais centrado nas indústrias de base, pesadas, para a produção de bens de consumo, que consome menos recursos energéticos e matérias primas.

O caso da China tem obedecido a um padrão semelhante. O elevado consumo de energia decorre da alta concentração da produção no setor secundário, industrial, em detrimento dos setores agrícola e de serviços, como pode ser visualizado na figura 1 do capítulo anterior, a sua singularidade é o seu tamanho, geopolítica, ritmo de mudança (MEDEIROS, 2011) e o peso do setor de serviços. Este, na China, apresenta uma diferença muito significativa daquela observada nos países desenvolvidos e, também, em muitos países em desenvolvimento, como é o caso da Índia, com um setor de serviços equivalente a cerca de

50% do PIB (valores de 2005). Por esta razão, mesmo na comparação com países em estágio semelhante de desenvolvimento, a chamada “intensidade energética” na China é consideravelmente alta (LYRIO, 2010).

3.1. A RPC e sua demanda por energia: um breve histórico

Como vimos anteriormente, a indústria assumiu a liderança no crescimento econômico e nos investimentos – sendo a indústria pesada seu núcleo principal –, crescendo a taxas significativas e indo de encontro com as prioridades estabelecidas com a política do “grande salto a frente”. Entretanto, todo esse crescimento econômico, principalmente em áreas que dependem de energia intensa, fez com que uma nova realidade surgisse na China: o crescimento da demanda por energia.

Para compreendermos esse processo, voltaremos novamente para a chegada do Partido Comunista ao poder na metade do século passado. Na época, a China, quase totalmente dependente de carvão, iniciou projetos para o desenvolvimento de fontes energéticas ainda nos primeiros anos da República Popular da China com a ajuda tecnológica e científica da União Soviética.

Temendo dependerem tanto da ajuda externa em uma área importante para a sua segurança e crescimento que acabassem por sofrer uma nova intervenção externa, porém, acabaram por descontinuar os projetos conjuntos. Com o cisma sino-soviético nos anos 1960 e com qualquer projeto energético extinto, a China acabou por importar aproximadamente 50% de seus produtos de petróleo refinado.

Essa experiência desastrosa pôs em evidência a dependência energética chinesa, o que fez com que Mao Zedong, líder da Revolução Chinesa, fundador da República Popular da China, e líder do país de 1949 até 1976, estabelecesse como meta de seu governo alcançar a independência no setor. O descobrimento e consequente exploração do depósito de petróleo em Daqing no ano de 1959 permitiram não somente a autossuficiência energética pretendida, como também a exportação de parte da produção.

Com a consciência de que somente através da prosperidade econômica e da modernização tecnológica o país alcançaria o poder e a independência energética, Deng Xiaoping iniciou reformas econômicas na China no final da década de 1970, como visto anteriormente, que permitiram sua entrada na economia global capitalista. Todavia, as

reformas e a abertura foram sempre controladas de perto pelo Estado, buscando preservar o poder, o controle e a influência do Partido Comunista Chinês.

Em meados da década de 1980, a insuficiência de petróleo começou a ser sentida. O rápido processo de industrialização do país somado às escassas fontes energéticas nacionais (em relação ao seu consumo) fizeram com que a capacidade de auto abastecimento de petróleo findasse em 1993. “A partir de allí, la búsqueda de fuentes de abastecimiento confiables y seguras se convirtió en una de las principales metas de la política exterior china” (RUBIOLO, 2010, p. 60).

3.2. O crescimento da demanda por energia na China

Como anunciado acima, o rápido ritmo de crescimento econômico da República Popular da China gerou uma necessidade ascendente de recursos naturais. Desde 1993, ano em que o país se converteu em importador de petróleo, as preocupações em torno da dependência energética e da instabilidade do abastecimento se intensificaram, posto que a energia era, e ainda é, primordial para o contínuo crescimento do país.

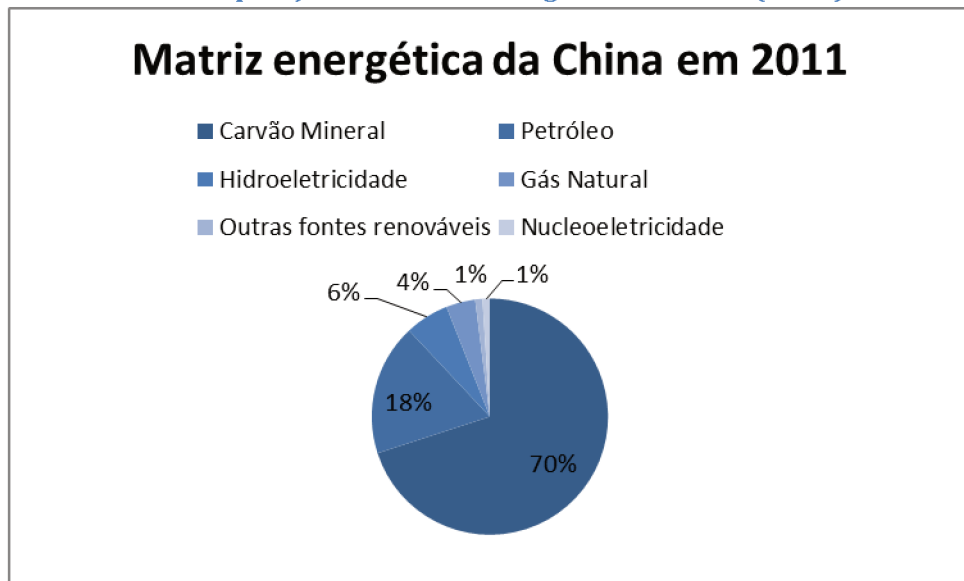
O problema da China desde aquele momento, sua incapacidade de fornecer internamente a quantidade de petróleo que precisava, provinha das escassas fontes nacionais de recursos energéticos em relação ao seu consumo. Como consequência, o país acabou se tornando um dos maiores compradores de produtos naturais a nível mundial, focando sua atenção na procura por recursos energéticos, especialmente o petróleo.

É preciso entender, porém, que boa parte da produção de energia chinesa provém do carvão mineral, sendo ele a base da estratégia adotada pelo país para sustentar seu crescimento. De acordo com Kerr (2012, p.49);

É visível [...] a rápida ascensão econômica da China nos anos 1990 e 2000, em que o país dobrou o consumo de energia nos anos 1990 e passou por um aumento de 150% nos anos 2000, quintuplicando o consumo total de energia em 20 anos. [...] Em 2010 os EUA perdeu o posto de maior consumidor mundial de energia para a China, quando esta ultrapassou a marca dos 2400 mi toe/ano, principalmente graças ao grande aumento do consumo de algumas fontes de energia tradicionais, principalmente carvão e em menor escala, petróleo e energia hidroelétrica.

E Rubiolo (2010, p. 64) ainda complementa: “en 2006, el carbón concentró el 76.7% de la producción total de energía en China, y el 70% del consumo”. A matriz energética da China pode ser verificada pelo gráfico abaixo:

Gráfico 7: Composição da Matriz Energética da China (2011)



Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Internacional de Energia (IEA) de 2012.

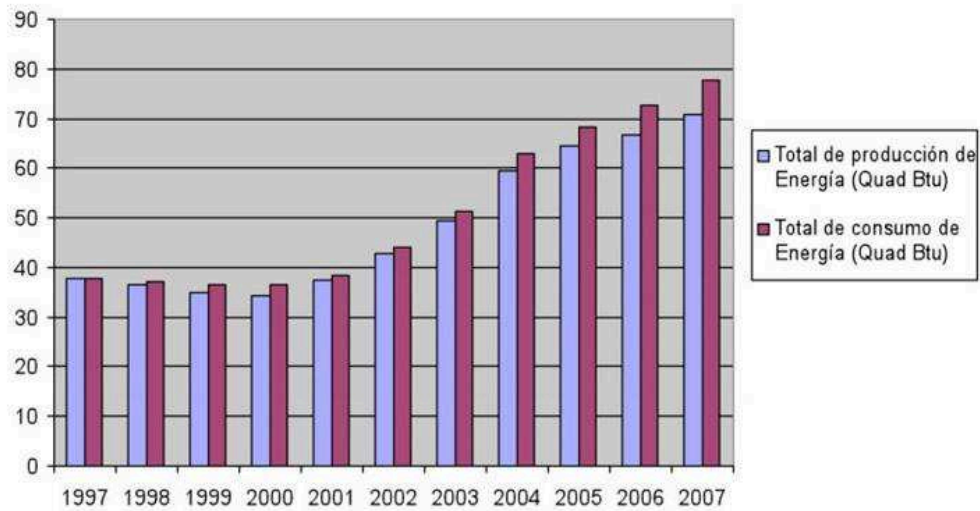
Assim, o país é autossuficiente no que tange ao carvão, no entanto, o cenário é diferente quando o assunto é petróleo. “En 2006, el consumo de petróleo alcanzó el 20.4%, mientras que su producción fue del 11.9%”. (RUBIOLO, 2010, p. 64). Ademais, segundo Nonnenberg (2010, p. 211);

Entre 1991 e 2006, enquanto a produção de energia, em todas as fontes, cresceu a 4,8% ao ano, o consumo cresceu a 5,9%. As importações de petróleo, que representavam apenas 6,6% do consumo em 1990, saltaram para 43,1% em 2000 e 55,8% em 2006. Com isso, a demanda de petróleo da China, que representava 5,6% da demanda global em 1999, pulou para 8,8% em 2007, constituindo parcela expressiva do aumento da demanda global de produto no período recente.

Nos gráficos a seguir, a diferença crescente entre a produção de energia e seu consumo (gráfico 7), e a produção de petróleo e seu consumo (gráfico 8) se tornam evidentes:

Gráfico 8: Consumo e produção de energia na China de 1997 até 2007

Gráfico 1: Total de consumo y producción de energía en China
1997-2007

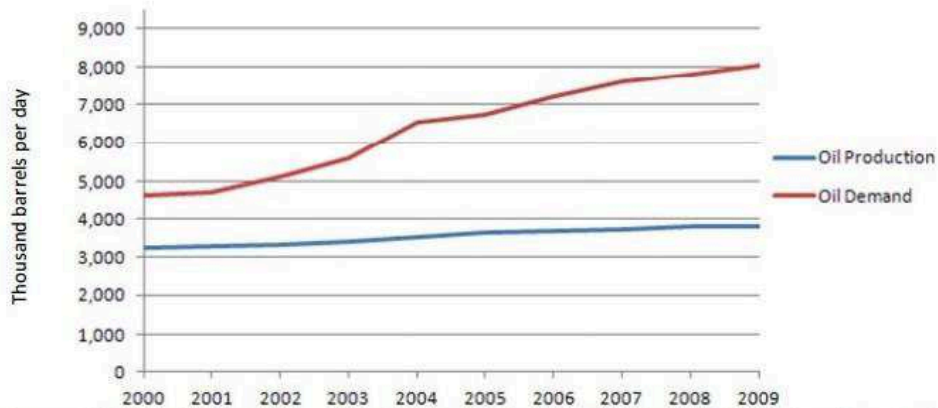


Fuente: Elaborado con la información de U.S. Energy Information Administration.

Fonte: Rubiolo (2010).

Gráfico 9: Consumo e produção de petróleo na China de 2000 até 2009

Domestic Oil Production and Demand



Source: Calculated by the IEA based on China Energy Statistical Yearbook 2010, National Bureau of Statistics of China, China Statistics Press

Fonte: IEA, 2012.

Assim, apesar da falta de petróleo na RPC não ser um problema recente, é um problema crescente. A cada ano cresce na China a urbanização e os investimentos em infraestrutura, a utilização do carvão em grande escala, que está afetando o meio-ambiente⁴ e

⁴ China has been using up to 17 percent more coal a year than reported, which means that almost a billion more tons of carbon dioxide, a greenhouse gas, is being released annually. The increase alone is greater than Germany's annual emissions from fossil fuels, and the numbers could complicate the already difficult talks to address global warming. On Saturday, the presidents of Taiwan and China will meet in Singapore, the first such

a população⁵ de uma maneira que não é mais suportável, e a demanda por combustíveis e matérias-primas derivadas do petróleo, vitais para a manutenção do transporte urbano do país. “En 2006, este sector absorbió más del 30% del total de petróleo disponible para el consumo y para el abastecimiento de industrias de fibras sintéticas y plásticos” (RUBIOLLO, 2010, p. 65).

Além disso, estima-se que o país foi responsável por 1/3 do aumento da demanda global de petróleo desde o ano 2000, o que torna inevitável a associação entre o aumento do consumo chinês e a elevação dos preços internacionais do petróleo até de 2007 e 2008. O consumo total de energia na China aumentou em média 11% ao ano de 2002 a 2007, mas, dada a dimensão da população chinesa, o consumo per capita ainda é relativamente baixo, o que sugere um contínuo crescimento nas importações por muitos anos ainda (LYRIO, 2010).

É possível perceber que a demanda por petróleo no mercado interno supera amplamente a produção nacional. E isso considerando que atualmente a China é o quinto maior produtor de petróleo do mundo, segundo a Agência Internacional de Energia (2012). A magnitude da diferença entre consumo e produção se converteu em um dos principais problemas do governo e essa discrepância só tende a crescer.

Em 2010, de acordo com Benachenchou (2013), a China consumia 12 milhões de barris por dia, sendo que já precisava importar a metade desse montante. De acordo com as estatísticas do IEA, o setor de transportes foi responsável por mais de 40% da demanda por petróleo em 2010. Se levarmos em conta que o número de carros particulares praticamente triplicou nos últimos dez anos na China, passando de seis milhões para 17 milhões de um total de 40 milhões de veículos automotores e fazendo do país o maior mercado do mundo para automóveis, a situação definitivamente não é muito confortável para a RPC⁶. Abaixo há uma

meeting since 1949, although no agreements are expected. NYTimes 04/nov/2015 <<http://www.nytimes.com/2015/11/04/world/asia/china-burns-much-more-coal-than-reported-complicating-climate-talks.html>>.

⁵ A report released today by the International Energy Agency says air pollution is linked to about 6.5 million deaths a year, with “many of its root causes and cures” found in the energy industry. NYTimes 27/jun/2016 <http://www.nytimes.com/2016/06/27/business/energy-environment/study-links-6-5-million-deaths-each-year-to-air-pollution.html?_r=0>.

Poluição no norte da China prejudica cerca de 150 milhões de pessoas. Jornal da Globo. 30 jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/07/poluicao-no-norte-da-china-afeta-cerca-de-150-milhoes-de-pessoas.html>>.

⁶ “It is becoming clear that issues concerning energy may become a threat to the continuous development of the region. East Asia is growing rapidly and its future energy needs are predicted to escalate proportionally especially because of the expansion of the transportation industry” (MASIERO, 2011).

tabela demonstrando as previsões de Benachenhou para o aumento do mercado de automóveis na China:

Tabela 2: O mercado de automóveis chinês

O mercado de automóveis chineses

	2010	2020
China	15,1	28
Estados Unidos	11,6	13
Índia	2	6
Brasil	3,3	5,5
Japão	4,4	4
Alemanha	3,1	3,4
Rússia	1,7	3,2

Unidade: milhão.

Fonte: Benachenhou, 2013.

A informação de que apenas um em cada 17 chineses possuem um carro, que a classe média do país está crescendo e que, somente em 2012, houve um acréscimo de 13 milhões de automóveis nas ruas da China converge com a previsão de Benachenhou (2013). Além disso, de acordo com o Banco Mundial⁷, a população urbana (que consome muito mais energia que a população rural) aumentou de 48% em 2009 para 52% em 2012 devido ao forte êxodo rural do país.

Esses dados preveem um futuro de muito consumo de energia para a China, principalmente no que tange à necessidade de petróleo, o que sem dúvidas resultará em um aumento da demanda global por energia e, conseqüentemente, nos preços internacionais. Especialmente se for levado em conta que o consumo per capita de energia é ainda baixo para os padrões mundiais, apenas um terço da média dos países desenvolvidos (China's Energy Policy, 2012).

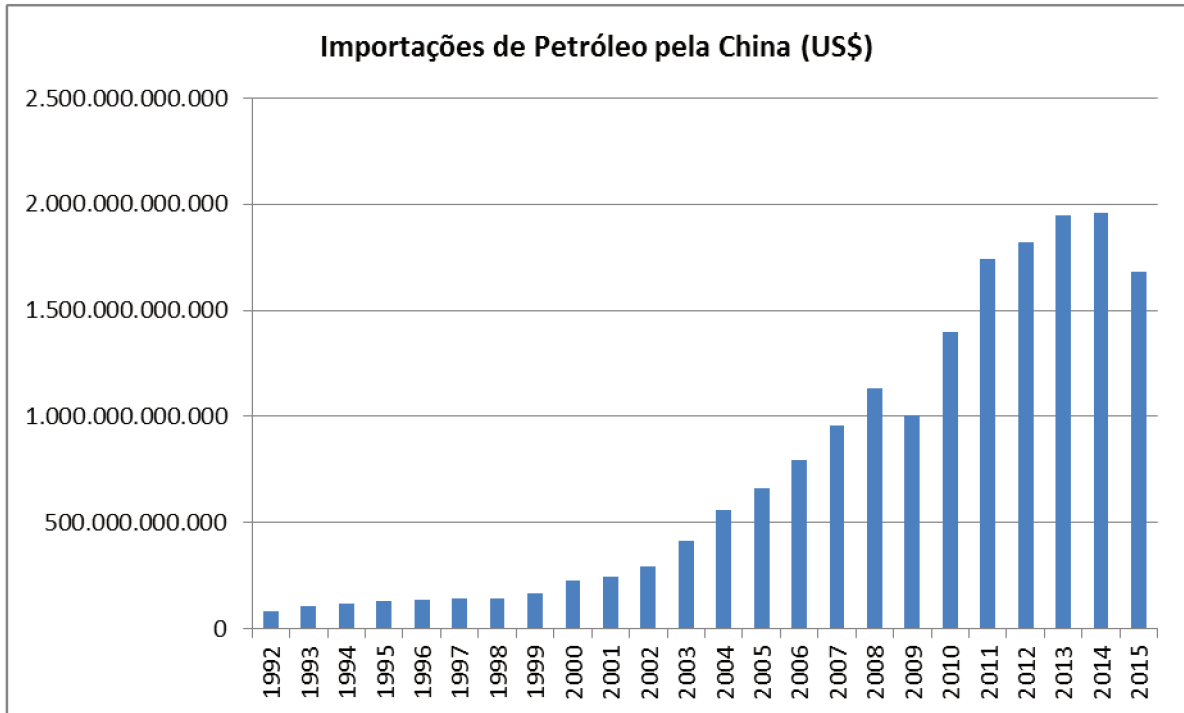
Além da escassez do petróleo⁸ no país, do êxodo rural e do aumento dos automóveis particulares, os fortes investimentos em infraestrutura⁹, que cresceram aceleradamente a partir

⁷ World Bank, <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS>>, access 16 Oct. 2016. Se considerarmos os dados de Downs (2004), a China possuía 1.351 bilhões de habitantes em 2012. O acréscimo de 4% representa aproximadamente 54 milhões de pessoas saindo do campo para a cidade em 4 anos, ou, caso preferir 13,5 milhões de pessoas por ano em média.

⁸ A China precisa importar mais ou menos 50% do que consome. Valor extremamente significativo, posto que, segundo dados da IEA, a relação dos maiores produtores mundiais, em 2008, foi a seguinte: Arábia Saudita (10.782 milhões de barris por dia), Rússia (9,789 milhões b/d), Estados Unidos (8,514 milhões b/d), Irã (4,174

de 2002, potencializaram as pressões sobre o petróleo e deixaram em evidência a debilidade das políticas de utilização eficiente da energia no país (RUBIOLLO, 2010). No gráfico a seguir podemos observar o forte aumento das importações chinesas de petróleo a partir de 1992 e entender o motivo de tanta preocupação por parte dos líderes chineses e do restante do mundo, posto que é um crescimento muito grande em um curtíssimo espaço de tempo:

Gráfico 10: Importações de Petróleo pela China de 1992 até 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade (United Nations Commodity Trade Statistics Database) 2016. Selected HS Code: 2709.00.10 - Petroleum oils and oils obtained from bituminous minerals, crude. For use as a petroleum refinery feedstock at a factory.

Essa questão é complicada para a China, mas é essencial lembrar que, mesmo com seus problemas de suprimento, o acesso à energia é de extrema importância para o aumento do mercado interno chinês, o poder de compra da população e o aumento da classe média chinesa, que serão necessários para o contínuo crescimento chinês, como visto no capítulo anterior.

milhões b/d), China (3,973 milhões b/d), Canadá (3,350 milhões b/d), México (3,185 milhões b/d), Emirados Árabes Unidos (3,046 milhões b/d), Kuwait (2,741 milhões b/d), Venezuela (2,642 milhões b/d), Noruega (2,465 milhões b/d), Brasil (2,421 milhões b/d), Iraque (2,385 milhões b/d), Argélia (2,179 milhões b/d), Nigéria (2,168 milhões b/d), Angola (2,014 milhões b/d), Líbia (1,875 milhões b/d), Reino Unido (1,583 milhão b/d), Cazaquistão (1,429 milhão b/d) e Qatar (1,207 milhão b/d). Ou seja, ainda que a China, em 2008, tenha sido a quinta maior em produção de petróleo, o país ainda precisou importar metade do que consome para lidar com a demanda interna.

⁹ “O tamanho da população, a disponibilidade de terras agricultáveis e a base energética são elementos estratégicos na explicação da necessidade chinesa por recursos naturais e energéticos, aliados ao atual ciclo de expansão da indústria pesada, ao surto imobiliário e ao crescimento do consumo de automóveis” (RIBEIRO, 2010).

Posto que há uma correlação implícita no consumo de energia de um país e seu desenvolvimento, a ampliação do acesso à energia foi considerada uma das formas mais rápidas de melhorar a qualidade de vida da população do país e pode vir a ser uma das formas de reduzir a pobreza e a desigualdade na China e no mundo. Dessa forma, a ascensão da China ao posto de liderança no consumo total de energia primária em 2010, ultrapassando os Estados Unidos, possui seus lados positivos. Sobre o assunto, Kerr (2012, p. 60) ainda complementa que;

[...] A taxa de consumo médio de energia está fortemente correlacionada a indicadores de desenvolvimento, de renda ou renda per capita, mas também a indicadores sociais como as taxa de analfabetismo, mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer e fertilidade, e até mesmo com outros índices compostos como o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano. As correlações entre energia e desenvolvimento notadas por diversos pesquisadores e centros de pesquisa levou recentemente a Agência Internacional de Energia a propor a análise dos países utilizando-se um Índice de Desenvolvimento Energético, para complementar as análises obtidas com o IDH (IEA, 2010).

4. CAPÍTULO 3: A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA

Até agora, o trabalho mostrou o crescimento econômico chinês e como isso afetou a demanda por energia, principalmente pelo petróleo. Essa demanda chinesa por energia, para que seu crescimento não parasse, foi uma preocupação para a liderança do país desde o surgimento da RPC, entretanto, as maiores estratégias para a segurança energética chinesa só surgiram na virada para esse século devido ao rápido crescimento da demanda e do consumo de energia no país.

Para maior entendimento, a segurança energética pode ser definida como condição em que uma nação, juntamente com seus cidadãos e empresas, tenham acesso a suficientes recursos energéticos a preços razoáveis pelo futuro previsível, livres de maiores riscos quanto ao seu fornecimento (BARTON, B et al., 2004 apud FERES, 2010). Para Daniel Yergin (1988 apud DOWNS, 2004, p. 32), o objetivo da segurança energética “is to assure adequate, reliable supplies of energy at reasonable prices and in ways that do not jeopardize major national values and objectives”. Estes incluem soberania e o funcionamento normal da economia. O pensamento tradicional nesse campo, de acordo com Downs (2004, p. 32), é “state-centric, supply-side biased, overwhelmingly focused on oil and tends to equate security with selfsufficiency”. Feres (2020, p. 28) ainda acrescenta;

Assim a caracterização de segurança energética, no contexto da integração econômica global, deve necessariamente envolver: a) administração de complexa, ampla e bem distribuída infraestrutura (integridade de redes relacionadas a suprimento de combustíveis, emprego de capital, confiabilidade de curto prazo e habilidade para resistir a danos fortuitos ou intencionais); b) competitividade (a quebra de monopólio no lado do suprimento levou a maior eficiência no mercado energético); c) em relação a (a) e (b): incentivo ao comércio e investimentos internacionais na área de energia; e d) interação com restrições ambientais.

Para complementar, segundo Kerr (2012, p. 75), os problemas que envolvem a Segurança Nacional são geralmente associados às ameaças, diretas ou indiretas, à sobrevivência do próprio Estado, de sua população ou a sua integridade territorial. Assim, geralmente são objetos de soluções que realmente precisam ser adotadas com urgência, como a mobilização das Forças Armadas ou um possível esforço de guerra em defesa da Soberania. E, de acordo com o autor (p. 72);

Das [...] formas de infraestrutura, a mais basilar de todas acaba sendo a de energia, já que esta permite o funcionamento de todo o restante, da indústria ao comércio, do transporte às comunicações. Esta forma de infraestrutura logística também é central para o planejamento da logística da defesa ou da guerra. Afinal, sem combustível não se pode movimentar veículos de transporte, blindados, aviões, navios ou

submarinos, e sem eletricidade não é possível utilizar sistemas de comunicação, radares, computadores ou qualquer tipo de sistema de armas que utilize circuitos eletroeletrônicos. Em suma, sem energia, um Estado não pode nem ao menos se defender adequadamente de uma agressão estrangeira.

Como aproximadamente 50% do petróleo consumido pelos chineses é de origem estrangeira, a soma disso com a forte concentração de fornecedores no Oriente Médio deixava a China em uma situação nada confortável. Foi então que a segurança energética da China começou a ser ameaçada e a dependência de fontes externas de energia reconhecida como um enorme desafio que o país precisaria superar.

Com a noção de que a autossuficiência total no setor energético é impossível para países com o porte da China, a situação ideal para a RPC (e para todos os países) é a de máxima autonomia energética e máxima diversificação de sua matriz, dentro da racionalidade, da escala de produção e da avaliação de custos e benefícios econômicos, sociais e ambientais de cada opção de geração e distribuição de energia.

O White Paper on Energy, publicado em 2007, evidencia as prioridades centrais da China para resolver a questão: (1) promover a cooperação e o benefício mútuo, (2) diversificar o desenvolvimento e (3) favorecer a coordenação de políticas. O primeiro busca a intensificação da cooperação na exploração e utilização da energia por meio do fortalecimento do diálogo entre países exportadores e consumidores. O segundo se orienta para desenvolver e ampliar o alcance das novas tecnologias energéticas. E, por fim, o terceiro enfatiza a necessidade de manter um ambiente político estável para que as rotas internacionais de transporte de recursos energéticos sejam mais seguras e para que conflitos não interrompam o seu fornecimento.

Dessa forma, a diversificação de fontes energéticas, a conservação de energia, o desenvolvimento de novas tecnologias e a manutenção da estabilidade política se tornaram os pilares do novo conceito de segurança energética postulado por Beijing. Dessa forma, a política energética da China pode ser analisada em dois planos: o interno e o externo. No primeiro caso, o país priorizou o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, seguras e confiáveis, como a hidroeletricidade, a energia eólica e a solar. Outro projeto que entrou nesse plano foi o de energia nuclear.

Já no segundo caso, no plano externo, a China reconheceu que dependerá ainda por muitos anos da utilização de fontes de energia provenientes do exterior (White Paper on Energy, 2007). Assim, a diversificação dos “sócios comerciais” exportadores de petróleo,

principalmente, como forma de diminuir sua vulnerabilidade energética, se tornou prioridade para os líderes do país. “Ao diversificar a origem do petróleo importado, procura-se reduzir a dependência de um grande fornecedor e diminuir a probabilidade de uma possível interrupção no abastecimento” (MAIDMENT, 2003 apud KERR, 2012). De acordo com o China’s Energy Policy de 2012 (p. 21);

For a fairly long time to come, international energy trade will remain the major way by which China utilizes foreign energy sources. China will improve policies for fair trade and optimize the trade structure, and conduct energy imports and exports in accordance with the WTO rules. [...] It will intensify exchanges and cooperation with other countries, addressing together the impact of the international monetary system, excessive speculation and energy market monopoly, thereby maintaining the stability of international energy market and energy price.

Dessa forma, a China iniciou sua estratégia para a segurança energética visando à economia de energia: de acordo com o China’s Energy Policy de 2012, de 2006 até 2011, o consumo de energia por cada 10.000 yuan de PIB diminuiu 20,7%, economizando energia equivalente a 710 milhões de toneladas de carvão. Para isso, a China implementou uma série de renovações visando à economia de energia, como boilers, maquinário elétrico, e construções e instalações que utilizam produtos “green lightning” (produtos que desperdiçam menos energia, como LED, por exemplo). A China também eliminou pequenas centrais de energia térmica (que possuíam uma capacidade total de 80 milhões de KW), o que economiza mais de 60 milhões de toneladas de carvão por ano. Além disso, em 2011, o consumo de carvão de termoelétricas diminuiu em 10%, se considerarmos o montante de 2006.

As medidas mais eficazes para a redução da demanda seriam um corte nos subsídios do setor e a liberalização dos preços, porém, ambas trazem riscos políticos que a China não quer enfrentar atualmente: uma elevação mais brusca ou persistente dos preços dos combustíveis pode reacender protestos sociais (frequentes em contexto de escassez ou carestia de energia) ou agravar o problema da pobreza no campo, pela redução do consumo de combustíveis para aquecimento ou transporte, o que aceleraria o êxodo rural. Todavia, Beijing já iniciou de forma gradual um processo de normalização do mercado doméstico de energia, por meio da progressiva eliminação de tetos de preços, do corte de alguns subsídios e da abertura do mercado de varejo de combustíveis, o que permitiu uma maior convergência entre os preços domésticos e internacionais de energia, mesmo que lentamente (LYRIO, 2010).

Para Feres (2010, p. 28), porém, ainda é preciso considerar que “a segurança energética [...] implica custo derivado da diversidade das fontes, na medida em que algumas,

menos eficientes e mais caras, podem ser utilizadas de forma a evitar excessiva dependência das melhores e mais baratas”. Considera-se que, assim, “esse custo deve ser encarado como prêmio a ser pago para garantir que a economia não se torne refém de trajetórias tecnológicas associadas a fontes dominantes de energia, como ocorreu no século XX em relação ao petróleo”.

Seguindo essas diretrizes, o segundo passo em direção a uma maior segurança energética na China foi o desenvolvimento de energias não fósseis, com prioridade para as energias renováveis. A China, atualmente “superpotência de energia limpa do mundo”, já detém a posição de maior investidora, produtora e consumidora de energia renovável há vários anos e, apenas em 2013, investiu 54,2 bilhões de dólares no setor e teve 191 gigawatts de capacidade instalada de energia renovável¹⁰.

Em 2011, com a instalação da maior hidrelétrica mundial, a Três Gargantas, que ocupa 2.400 metros no curso do rio Yang-Tsé, a capacidade de geração instalada de energia hidroelétrica chegou a 230 milhões quilowatts, o que coloca a China em posição de liderança global. Há projetos hidroelétricos para a construção de mais quatro usinas ao longo do rio Brahmaputra e, futuramente, o desfiladeiro de Yarlung Tsangpo poderá abrigar duas construções capazes de gerar mais energia do que a Três Gargantas¹¹.

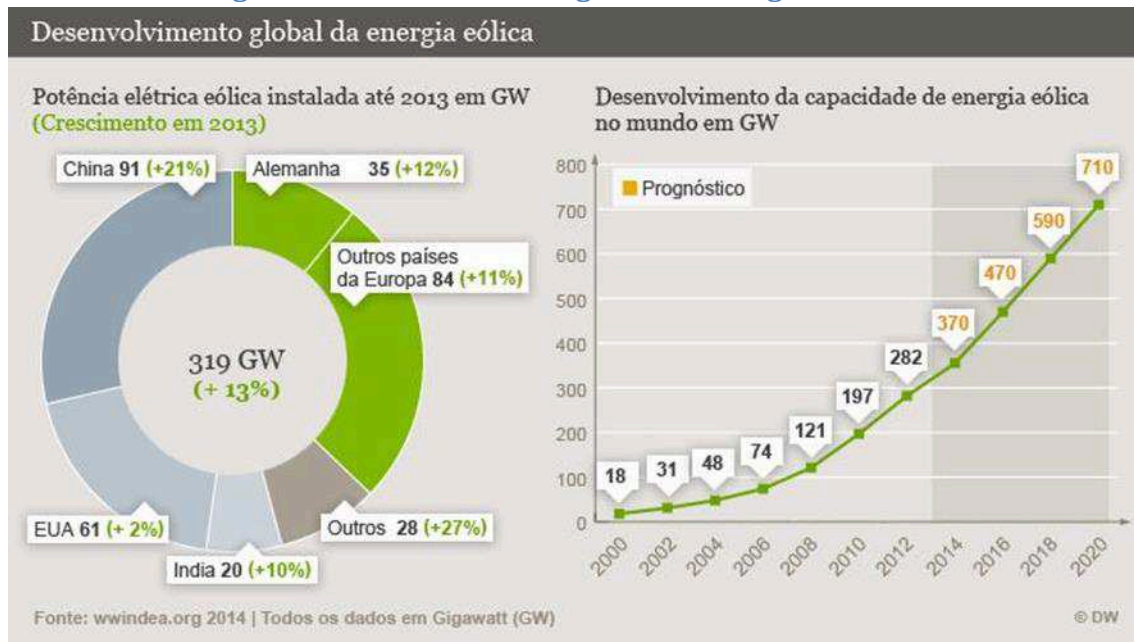
A China também alcançou a liderança em capacidade de geração de energia eólica¹²: a capacidade de geração instalada e conectada com o sistema elétrico do país chegou a 47 milhões kW. (China’s Energy Policy, 2012). E podemos verificar na figura a seguir que ela está muito a frente dos outros países nessa fonte energética:

¹⁰ Em franca expansão na China, energia eólica sofre revés na Alemanha. Disponível em: <<http://www.dw.de/em-franca-expans%C3%A3o-na-china-energia-e-%C3%B3lica-sofre-rev%C3%A9s-na-alemanha/a-17663565>>.

¹¹ Esses projetos são controversos, posto que, como o rio também é indiano, há desconfianças de que a água do Brahmaputra acabará represada pelas usinas hidroelétricas. Apesar de ouvir do governo chinês que isso não ocorrerá, a Índia iniciou a construção de barragens na província de Arunachal Pradesh, que faz divisa com a China (<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2014/11/gota-dagua.html>).

¹² Energia solar: países com maior capacidade instalada. 03 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/energia-solar-pa%C3%ADses-com-maior-capacidade-instalada/a-16991069>>.

Figura 2: Desenvolvimento global de energia eólica em 2013



Fonte: Deutsche Welle

Outras fontes de energia não poluentes que a China instalou foram a nuclear (capacidade instalada total dos 15 geradores 12,54 milhões kW e outros 26 em construção, o que resultará em um montante de 29,24 milhões kW, assumindo o primeiro lugar mundial) e a energia solar¹³, que possui a maior capacidade total instalada¹⁴ (3 milhões kW de acordo com a China's Energy Policy de 2012) e seus projetos concentrados nas províncias ocidentais, nas regiões ensolaradas de Gansu, Xinjiang e Qinghai.

A China também vem aumentando e melhorando sua oferta de gás natural, que atualmente representa 4% na matriz energética (gráfico 8). É essa a principal fonte que está permitindo o acesso à energia a uma parcela da população (majoritariamente formada por residentes das áreas rurais da China) que, até então, não tinha acesso à eletricidade. Os dois primeiros gasodutos oeste-leste já estão finalizados, permitindo o acesso ao gás para mais de 180 milhões de pessoas.

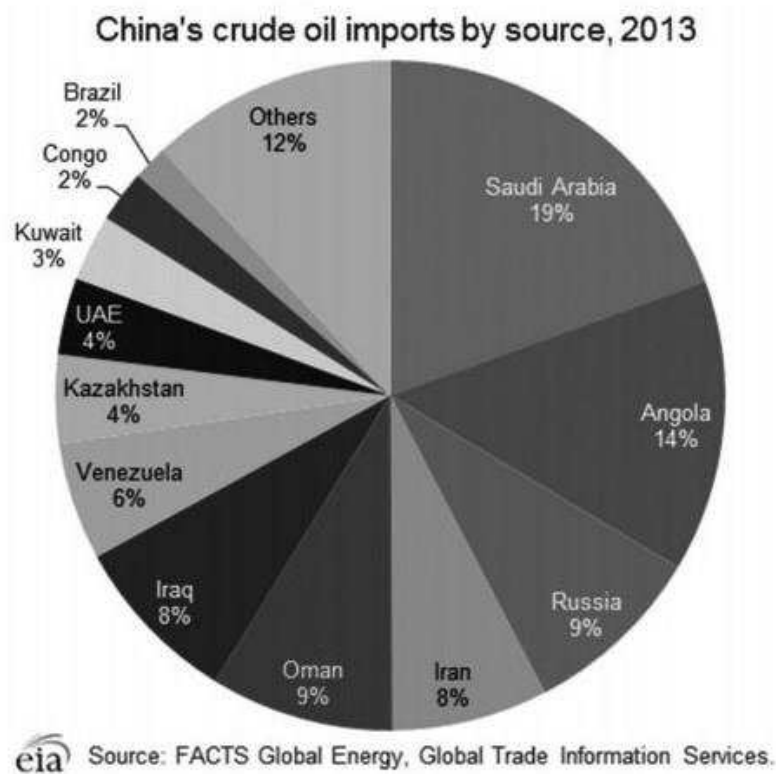
Apesar disso, e levando em conta a impossibilidade de se obter autonomia energética plena, o ideal parece ser estabelecer o máximo possível de diversificação dos fornecedores. Os maiores supridores chineses atuais deste produto encontram-se no Oriente Médio, África,

¹³ Atualmente, a China produz dois terços de todos os painéis solares instalados a nível mundial (<http://www.portal-energia.com/china-constroi-central-solar-gigante-pode-abastecer-1-milhao-casas/>). Além disso, o país afirma-se hoje o maior produtor mundial de células solares (ROMM, 2010 apud BENEVIDES, 2011).

¹⁴ Em 2013, o mercado solar chinês superou o da Alemanha, que seguia intrépida na liderança no setor (<http://exame.abril.com.br/economia/china-bate-recorde-mundial-de-instalacao-de-energia-solar/>).

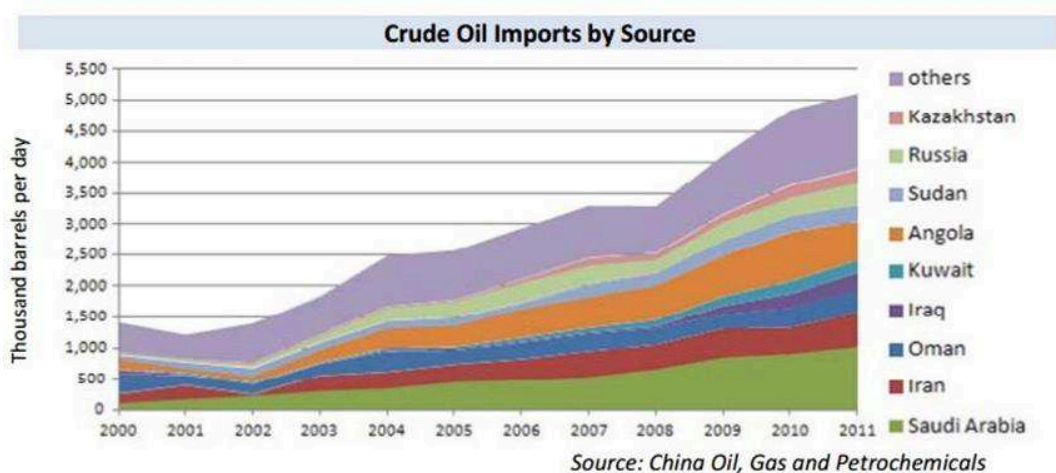
Rússia e Cazaquistão e Venezuela. Nos próximos gráficos poderemos ver os maiores exportadores de petróleo para a China (gráfico 10) e a evolução dessas exportações por país (gráfico 11):

Gráfico 11: Importação de petróleo pela China em 2013 (por país de origem)



Fonte: IEA (Agência Internacional de Energia), 2014.

Gráfico 12: O desenvolvimento das importações de petróleo pela China



Fonte: IEA (Agência Internacional de Energia), 2012.

A questão central do abastecimento de petróleo, porém, não se limita ao estabelecimento de contratos estáveis e investimentos na sua infraestrutura como, por

exemplo, os que caracterizam a crescente presença da China na África que veremos no próximo capítulo, mas na garantia dos corredores marítimos.

O transporte marítimo do petróleo e a transmissão do produto por dutos de petróleo e gás produzem muitas inseguranças. Dessa forma, além de garantir a transmissão nos corredores marítimos críticos, como é o caso do estreito de Ormuz e Malaca¹⁵, a China também precisou buscar rotas alternativas através de dutos como os que estão em construção na Sibéria e no Cazaquistão (MEDEIROS, 2011).

A flutuação de preços do mercado internacional de energia também dificulta o suprimento doméstico de energia e, por consequência, a segurança energética chinesa. Manter a segurança energética em um país com tamanha demanda, poucas reservas¹⁶ e uma fraca capacidade de resposta em caso de emergências definitivamente não é algo simples.

Para lidar tanto com os preços quanto com uma possível interrupção no fornecimento externo de petróleo e outras fontes de energia, a China criou planos para uma SPR (Reserva Estratégica de Petróleo). Essa talvez seja a mais importante e controversa estratégia desenvolvida pela China, com inúmeras opiniões conflitantes sobre o assunto, porém, a China seguiu com os planos e, até 2020, segundo a IEA (2012), a capacidade total da SPR será de aproximadamente 500 mil barris.

Para Downs (2004, p. 33), a China agiu corretamente porque “a SPR is the most effective way to prevent the political use of oil as a weapon and to minimize the impact of supply disruption”, afinal, o aumento dos preços é sentido por todos os países e afeta muito aqueles que possuem uma economia intensiva em energia, como a China.

Outra estratégia tomada pelos chineses para tentar garantir o suprimento de energia foi os investimentos ultramarinos. Essa estratégia possui muito mais adeptos que a SPR e conta com o suporte de muitos líderes seniores do PCC. As companhias chinesas de petróleo já

¹⁵ Exemplo de risco evidente à manutenção dos suprimentos de energia e de outros recursos indispensáveis à China é o fato de que a maior parte das importações chinesas de petróleo passa pelo Estreito de Malacca, entre a Indonésia e a Malásia, alvo provável de eventuais tentativas de impor o estrangulamento de carregamentos para a China por meio de bloqueio marítimo. (LYRIO, 2010, p.65).

¹⁶ De acordo com dados da IEA, publicados em 2009, as maiores reservas provadas de petróleo estariam localizadas nos seguintes países: Arábia Saudita (266,71 bilhões de barris), Canadá (178,09 bilhões), Irã (136,15 bilhões), Iraque (115 bilhões), Kuwait (104 bilhões), Venezuela (99,3 bilhões), Emirados Árabes Unidos (97,8 bilhões), Rússia (60 bilhões), Líbia (43,6 bilhões), Nigéria (36,2 bilhões), Estados Unidos (21,37 bilhões), Qatar (15,2 bilhões), Brasil (12,624 bilhões), Argélia (12,2 bilhões), México (10,5 bilhões), Angola (9 bilhões), Noruega (6,7 bilhões), Índia (5,6 bilhões), Omã (5,5 bilhões), Equador (4,6 bilhões), Indonésia (3,99 bilhões), Egito (3,7 bilhões), Reino Unido (3,4 bilhões), Argentina (2,6 bilhões), Síria (2,5 bilhões), Congo-Brazzaville (1,6 bilhão), Chade (1,5 bilhão), Austrália (1,5 bilhão) e Colômbia (1,3 bilhão).

possuíam alguma presença internacional desde 1992 e vários projetos já tinham trazido bons resultados. Atualmente o número de projetos só cresceu e inclui acordos com países como Argélia, Azerbaijão, Indonésia, Irã, Iraque, Cazaquistão, Peru, Sudão e Venezuela.

Esses investimentos funcionam da seguinte forma: as empresas petrolíferas chinesas¹⁷ compram ações de campos de extração já descobertos ao invés de focarem na exploração do produto, que é mais arriscado e custoso. Na maioria dos países, o governo detém os direitos sobre o petróleo no solo e a companhia estrangeira entra em um acordo, como um contrato de divisão de produção. Assim, a companhia estrangeira, nesse caso chinesa, paga alguma quantia para a extração de petróleo e o resultado é compartilhado entre ela e o governo.

Essa estratégia podem ter muitas vantagens sobre a compra de petróleo no mercado internacional: primeiro, isso elimina o risco do preço de mercado, posto que o investidor consegue ter a noção exata do quanto de produto irá receber e quanto isso irá lhe custar. Em segundo lugar, isso retira o lucro do valor do produto, ou seja, caso o produto fosse comprado no mercado internacional, a empresa extratora ficaria com uma parte maior do que aquela necessária para pagar as despesas que teve ao realizar esse processo. O mesmo vale para o preço do transporte do petróleo. E em terceiro, a necessidade de algum intermediador entre o produtor e o consumidor é eliminado, como outras companhias petrolíferas, o que poderia causar um corte na oferta.

É importante mencionar, no entanto, que essa estratégia nem sempre melhora a segurança energética. Isso porque o preço do produto em si só será mais barato caso, na negociação, se consiga um negócio atraente com o país detentor do petróleo. E, de acordo com Downs (2004, p. 36), “the Chinese oil companies [...] have a history of overpaying for equity positions”, além disso, segundo a autora, “equity barrels cannot protect against oil price volatility”.

¹⁷ As principais empresas petrolíferas chinesas são estatais criadas em 1980: a PetroChina, segunda mais capitalizada do mundo no setor, controla 40% do mercado de carburantes do país e está presente no mundo inteiro. O Sinopec, outro gigante, investiu recentemente 7,1 bilhões de dólares no Brasil, assim como 500 milhões de dólares no Equador. E o grupo CNOOC, terceiro ator chinês no setor, particularmente ativo além das fronteiras chinesas, que em maio de 2010 comprou da British Petroleum (BP) 60% de participação na empresa Pan American Energy (BENACHENCHOU, 2013). Essas três empresas, criadas em 1980, nasceram com diferentes objetivos: “CNOOC was in charge of the exploitation of offshore oil, CNPC was linked to the onshore exploration, and Sinopec was responsible for refining and petrochemicals”. Ao passar dos anos, as três começaram a investir em outras atividades, embora ainda mantenham a maioria de suas operações concentradas nas atividades de origem, onde já possuíam expertise. (BECARD; MACEDO, 2014).

A China também deseja construir oleodutos provenientes da Ásia Central e da Rússia. Analistas e acadêmicos chineses apontam esta como uma fonte importante de segurança energética porque os chineses não possuem uma marinha capaz de proteger suas importações marítimas e, assim, o petróleo importado por oleoduto seria menos vulnerável a interrupções¹⁸ que aquele que chega por navios petroleiros (DOWNS, 2004, p. 36).

As estações de bombeamento, necessárias para mover o petróleo pelo duto, entretanto, são extremamente vulneráveis a assaltos aéreos e sabotagens, o que resultaria no fechamento do duto. A destruição de uma ou mais estações reduziria (caso não fosse paralisado totalmente) o fluxo no duto e sua substituição poderia levar até um ano e custar milhões de dólares, o que, na realidade, não torna essa alternativa mais segura que a por via marítima¹⁹.

Embora nenhuma dessas formas de importação de petróleo seja garantida, a China precisa delas para complementar a oferta interna de energia. Caso contrário, a demanda seria muito maior que a oferta causando um choque que poderia estancar o crescimento do país ou até provocar uma crise e a perda da posição conquistada. Dessa forma, para aumentar sua segurança energética, os chineses precisavam diversificar suas fontes externas de energia, o que passou a ser prioridade do governo por meio de sua política externa, que é o que analisaremos no próximo capítulo.

¹⁸ No texto, é mencionado claramente que as possíveis interrupções seriam causadas pelos EUA: "They maintain that oil imported Overland by pipeline would be less vulnerable to disruption by the United States than oil arriving by tanker".

¹⁹ Ainda de acordo com Downs (2010, p. 37), "during the Gulf War, a US-led alliance bombed a pump station on the Iraq-Turkey export pipeline, which reduced the throughput capacity from 1.5 million b/d to 1 million b/d. It is likely that had the next pump station along the pipeline been destroyed, the throughput capacity would have been reduced to zero. One security advantage that overland pipelines may have over tanker imports, which Chinese sources do not mention, is political. In order for the United States to disable a pipeline supplying China, it would have to attack the territory of China or a third country. In contrast, a blockade could in theory be enforced without having to attack a sovereign state".

5. CAPÍTULO 4: POLÍTICA EXTERNA ENERGÉTICA DA CHINA

5.1. A Política Externa chinesa

A política externa chinesa caminha em direção oposta àquela tida como tradicional, das nações ocidentais²⁰. Ela é guiada basicamente por interesses estratégicos e econômicos e, por isso, o país desenvolveu relações amigáveis com vários países sem exigir nenhuma condição em troca, justificando essa escolha como “não interferência em assuntos domésticos”²¹. Isso acabou por atrair esses países para negociar com a China, ao invés de com os EUA ou com a Europa. O “modelo chinês de modernização”, que não exige mudanças na estrutura dos países para que recebam ajuda financeira, se tornou central nas políticas externa e comercial da RPC. Para uma melhor compreensão do que é o modelo chinês, Menezes (2013, p. 65) explica que;

A China não estabelece, por exemplo, qualquer vínculo entre seu oferecimento de cooperação e mudanças internas por parte dos governos africanos de condições políticas e sociais, tais como respeito aos direitos humanos, liberdades civis, combate à corrupção, [que são] considerados como assuntos internos de cada país. O fato de que os países desenvolvidos e os principais organismos internacionais doadores apresentem seu conjunto de condições – ou contrapartidas – à oferta de cooperação aos países africanos torna a relação com a China muitas vezes relativamente mais atraente.

Como a China apresenta, desde os anos 1980, uma mesma formulação de política externa, “a política externa da paz”, elaborada por Deng Xiaoping, não se pode acusar a China de não ser coerente ou consistente com suas ações nesse sentido. Principalmente porque os cinco princípios da coexistência pacífica²² que a definem já existiam desde os primórdios da RPC: eles foram formulados, ainda em 1950, por Chou En-lai e repetidos, desde então, em todos os comunicados conjuntos entre a China e mais de 170 países, como valores básicos do relacionamento bilateral (MENEZES, 2013).

Do mesmo modo, os objetivos fundamentais da política externa chinesa são preservar a independência, a soberania e a integridade territorial do país; colaborar para a criação e manutenção de um ambiente internacional favorável à reforma, à abertura e à modernização

²⁰ Western diplomacy sets moral principles such as good governance, democracy, transparency, rule of law, and respect for human rights as one of several foreign policy objectives (ZHAO, 2010).

²¹ “With such ‘value-free’ diplomacy, China awarded Zimbabwe’s dictator Robert Mugabe an honorary professorship at the China Foreign Affairs University in Beijing in 2005 and signed economic-cooperation agreements with Uzbekistan a few days after the country’s Interior Ministry fired into the crowd of peaceful demonstrators in May 2005”. (ZHAO, 2010, p. 433).

²² Os cinco princípios são: respeito mútuo à integridade territorial e soberania; não agressão; não interferência em negócios internos; benefícios mútuos e igualdade; e coexistência pacífica.

da RPC; defender a paz mundial e promover o desenvolvimento comum dos povos. Nesse sentido, a “política externa da paz” rejeita qualquer aliança com outros países e também recusa o engajamento em corridas armamentistas ou ações de expansionismo militar.

A postura chinesa daquele momento tentava se diferenciar das duas anteriores a ela: a política externa “lopsided strategy”, que colocava o país ao lado da URSS e contra os EUA; e a política externa nomeada de “continuous line strategy”, que se caracterizou por romper com a URSS e retomar as relações com os EUA, Europa Ocidental e Japão (MENEZES, 2013).

A China, para demonstrar sua oposição a qualquer forma de hegemonia, acrescenta a palavra “independente” à “política externa da paz”. Além disso, para enfatizar seus esforços pela preservação da paz mundial e a busca de solução de disputas e conflitos por meios pacíficos, sem o uso ou a ameaça do uso da força, dá ênfase no componente “pacífico” em sua política externa.

É neste contexto que se situa o princípio de “não interferência em assuntos internos” de outros países sob qualquer pretexto, já colocado como um dos cinco pontos da “coexistência pacífica” anteriormente mencionada. Os líderes do PCC ainda enfatizam, em seus acordos e negociações, que a China não busca impor seu sistema social e ideológico a outros países e nem permite que outros países lhe imponham os seus. Assim, defendem que os “cinco princípios da coexistência pacífica” e as normas universalmente reconhecidas das relações internacionais sejam o alicerce para o estabelecimento da ordem econômica e política internacional e, assim, para a manutenção e promoção da paz.

Desde 2003, dois outros princípios surgiram: “desenvolvimento pacífico” e “sociedade harmoniosa”. Os dois conceitos buscam explicar a estratégia de interação da China no plano internacional, como economia em expansão e crescente força política. Ao lançar estes dois conceitos, a China procurava assegurar às grandes potências e aos países desenvolvidos dois relevantes aspectos de sua posição internacional: que seu crescimento econômico e social é um processo estável e contínuo, longe de um fracasso ou estagnação; e que seu desenvolvimento econômico e a sua influência política não representaria ameaça a terceiros países e não se colocaria como força desafiadora do poder hegemônico. A China buscava, assim, combater as teorias do “colapso chinês” e da “ameaça chinesa”.

A China tenta evitar, com esses conceitos, qualquer interpretação de que trabalha na direção de políticas de competição, inclusive no campo militar, com os EUA. No contexto do

“desenvolvimento pacífico”, a diplomacia chinesa tem como objetivo a busca por cooperação e intensificação do diálogo político com os EUA e reconhecimento da importância e prioridade do relacionamento bilateral com Washington; o estabelecimento de parcerias estratégicas com potências médias, em esquemas de cooperação com a União Europeia, a Rússia e a Índia; a promoção de uma “política de boa vizinhança” na região da Ásia Pacífico, baseada em aprofundamento das relações econômico-comerciais; e a manutenção de canais de diálogo e boa convivência com o Japão, apesar das divergências sobre o passado histórico e disputas no contexto regional.

Além disso, a política externa chinesa possui dois outros objetivos, mais específicos e estratégicos, decorrentes de sua condição de potência emergente. O primeiro é a construção de um papel de proeminência no contexto regional: a China quer ser reconhecida como uma liderança de prestígio e força entre seus vizinhos, e afastar a influência de grandes potências da região, sobretudo a dos EUA.

O segundo objetivo é projetar sua influência em termos globais. No plano político, Beijing faz uso em seu favor da posição que ocupa como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e pretende ampliar sua participação em organismos e foros econômicos internacionais (OMC, FMI, G20 Financeiro, entre outros) para não só defender seus interesses nacionais, mas também marcar posição de assertividade em linha com sua condição de potência emergente.

Conseqüentemente, mesmo que sua política externa não esteja de acordo com a dos EUA e Europa, a China não busca ameaçar a ordem internacional nem desafiar o poder da potência hegemônica, mas acomodar posições e se beneficiar dos regimes internacionais já existentes. Os líderes da RPC pretendem, assim, afirmar sua autonomia nacional e continuar com o desenvolvimento do país.

5.2. A política externa energética da China

Antes de tudo, é importante ter em vista que no começo deste século a China já havia consolidado a ideia de que a política externa estava subordinada à estratégia de desenvolvimento do país. “Conseqüentemente, a segurança energética, que era considerada como parte fundamental da segurança nacional, passou a estar intimamente interligada à política externa” (OURIQUES; LUI, 2012). Assim, dentro dessa perspectiva e alicerçada nos cinco princípios da coexistência pacífica, a China tem intensificado o seu engajamento ao

redor do mundo para suprir sua carência energética e ampliar o seu peso político (SOUSA; OLIVEIRA, 2013).

Além disso, é fundamental ter em mente que os líderes do PCC buscam focar seus esforços prioritariamente na promoção do desenvolvimento econômico e manutenção da estabilidade política e social da China. Esses esforços servem para a própria manutenção da estabilidade política do país, do regime e do partido. Nesse contexto, a política externa não é nada mais que uma peça de xadrez, mesmo que importante, a ser utilizada para ganhar o jogo que, nesse caso, é a garantia dos interesses nacionais.

Dito isso, o país espera a obtenção de recursos energéticos e certa estabilidade para seu abastecimento e, para isso, focou na diversificação de suas fontes externas de energia. E, no que tange ao petróleo, “el temor a la dependencia internacional para abastecer su mercado, se traduce en un mayor estímulo para obtener parcial o totalmente el control del proceso de producción en otros mercados (RUBIOLO, 2010, p. 69). Esse foi o surgimento da Diplomacia do Petróleo (ou Oil Diplomacy) e, de acordo com Downs (2004, p. 37);

Former Chinese ambassadors to oil-producing states and scholars at foreign policy research institutes and universities are the main proponents of oil diplomacy, but the oil companies also endorse the development of friendly relations with oil-producing states as a way to secure investment opportunities. More importantly, Beijing may hope that close ties to oil producers will ensure that these countries will continue to sell oil to China during an international crisis.

Dessa forma, o Estado estimula suas empresas a obter o controle do processo de produção e diversificar suas fontes de abastecimento com a intenção de diminuir a vulnerabilidade do seu abastecimento e se proteger dos efeitos de uma nova possível crise do petróleo. Como consequência, as empresas petrolíferas estatais chinesas (Sinopec, CNPC, PetroChina e CNOOC²³) procuram fechar acordos de *joint venture* ou de aquisição de uma parte das ações da companhia estrangeira como forma de assegurar seu acesso ao petróleo. Os primeiros acordos foram firmados com os governos do Cazaquistão²⁴, Venezuela, Sudão e Iraque.

Atualmente, a China conta com investimentos petrolíferos em mais de 50 países (HATEMI; WEDEMAN, 2007 apud RUBIOLO, 2010). Isso inclui fornecedores tradicionais,

²³ China Petrochemical Corporation (Sinopec); China National Petroleum Corporation (CNPC); PetroChina, subsidiária da China National Petroleum Corporation; China National Offshore Oil Corporation (CNOOC).

²⁴ O primeiríssimo acordo chinês desse tipo foi com a Aktobemunai gas, no Cazaquistão, onde a CNPC obteve o controle da produção por meio da compra de 60,3% das ações já em 1997. Atualmente, a empresa possui 92% das ações (RUBIOLO, 2010, p. 69).

como Oriente Médio e Ásia, mas também países produtores da África e América Latina. Dessa forma, além assegurar o fornecimento de petróleo, o fluxo dos investimentos chineses sinalizou clara disposição chinesa para aumentar sua presença internacional e garantir maior diversidade geográfica na relação de seus fornecedores.

No tocante ao investimento direto externo (IDE), as empresas chinesas foram incentivadas a investirem no exterior a partir da estratégia do "Going Global"²⁵. Essa foi uma iniciativa do governo, pela qual foram promovidas mudanças na legislação, proporcionando a simplificação no processo de aprovação de projetos, estímulo ao investimento exterior, gestão cambial e avaliação estatística. Tal política viabilizou a internacionalização de muitas empresas chinesas desde que foi lançada.

As companhias petroleiras chinesas continuaram seus investimentos e penetraram o setor energético da Rússia e da Ásia Central. Na Ásia Central, a CNPC negociou com o Cazaquistão a compra de ativos no setor petroleiro e a construção do oleoduto Kazakh-China com o objetivo de prover petróleo para a região noroeste da China e assegurar uma provisão mais estável de petróleo a longo prazo. Já na Rússia, a Sinopec, em conjunto com a petroleira estatal russa, Rosneft²⁶, comprou a Udmurneft, que era propriedade da companhia russo-britânica TNK-BP. Ademais, com a Rússia, além das importações de petróleo e após negociações que duraram mais de uma década, a China também passará a comprar gás natural, possível com a construção de um gasoduto de 3.968 quilômetros do oeste da Sibéria até o extremo oriente. O acordo entre os países terá início em 2018 e deverá movimentar US\$ 400 bilhões²⁷.

²⁵ A política do "Going Out" (ou "Going Global Strategy") foi lançada em 1998, pelo China Council for the Promotion of International Trade (CCPIT), que disponibilizou vários esquemas de assistência a empresas chinesas para o desenvolvimento de estratégias com vistas a explorar oportunidades em mercados internacionais.

²⁶ A CNPC chinesa já possui uma pequena participação na Rosneft e considera uma elevação em sua fatia devido a um plano de privatizações que o governo russo lançou para 2016. Supostamente, a parte russa na empresa deve diminuir para 50% dos 69,5% atuais. A venda de parte da Rosneft poderia gerar cerca de 10 bilhões de dólares para o orçamento russo, que tem enfrentado déficit devido à queda da economia em meio aos baixos preços do petróleo. 30 maio 2016. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0YL1JC>>.

²⁷ Rússia fecha acordo bilionário para fornecimento de gás à China. 21 maio 2014. Disponível em: <<http://www.dw.de/r%C3%BAssia-fecha-acordo-bilion%C3%A1rio-para-fornecimento-de-g%C3%A1s-%C3%A0-china/a-17651618>>.

Na América Latina²⁸ os investimentos se concentraram principalmente na Venezuela (maior destino de investimentos chineses no subcontinente). Desde 2007, o gigante asiático emprestou cerca de 41 bilhões de dólares ao país sul-americano – crédito que está sendo expandido de forma recorrente. A Venezuela paga os créditos por meio de petróleo – exporta cerca de 310 mil barris por dia para o país asiático por meio da estatal PDVSA²⁹.

Além disso, uma *joint venture* foi formada entre a CNPC e a PDVSA, companhia petrolífera estatal venezuelana, para o desenvolvimento de 14 campos de petróleo em Zumano (RUBIOLLO, 2010). Em setembro de 2013, foi anunciado um acordo entre o governo da Venezuela e CNPC para um investimento no valor de US\$ 28 milhões na Faixa Petrolífera do Orinoco³⁰. Pouco tempo depois, foram adicionados a este mesmo acordo US\$ 14 milhões com a Sinopec³¹. A Faixa Petrolífera de Orinoco é considerada a maior acumulação de petróleo pesado e extra que existe no mundo. A reserva tem uma extensão de 55.314 km², e estima-se que tenha mais de 211 bilhões de barris. Portanto, esses acordos visam à criação de uma empresa mista entre as nações, com fins de exploração e extração na faixa (RUBIOLLO, 2010).

Além de investir em solo venezuelano, a China também possui parcerias com o país latino em seu próprio território. Um exemplo disso são os investimentos em refinarias de petróleo. Em 2012 foi fechado um acordo entre a empresa estatal venezuelana PDVSA e a CNPC para a construção de três refinarias de petróleo na China, com um valor total aproximado de US\$16 milhões. O objetivo dessas refinarias é processar o petróleo venezuelano para uso doméstico na China³².

Com a Argentina, em sua viagem pela América Latina, o presidente chinês Xi Jinping firmou vinte acordos de investimentos com o governo argentino nas áreas de energia hidroelétrica, indústria naval e ferroviária. As principais obras serão duas barragens

²⁸ China lending to Latin America: flexible friends. 12 abril 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/americas/21600686-china-lends-disproportionately-countries-lack-other-options-flexible-friends>>.

²⁹ China intensifica corrida pelo petróleo sul-americano. 15 out. 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/12659/China-intensifica-corrída-pelo-petroleo-sul-americano/>>.

³⁰ Venezuela despunta entre las principales inversiones de China en América Latina. 5 maio 2014. Disponível em: <<http://www.finanzasdigital.com/2014/05/venezuela-destaca-entre-las-principales-inversiones-de-china-en-america-latina/>>.

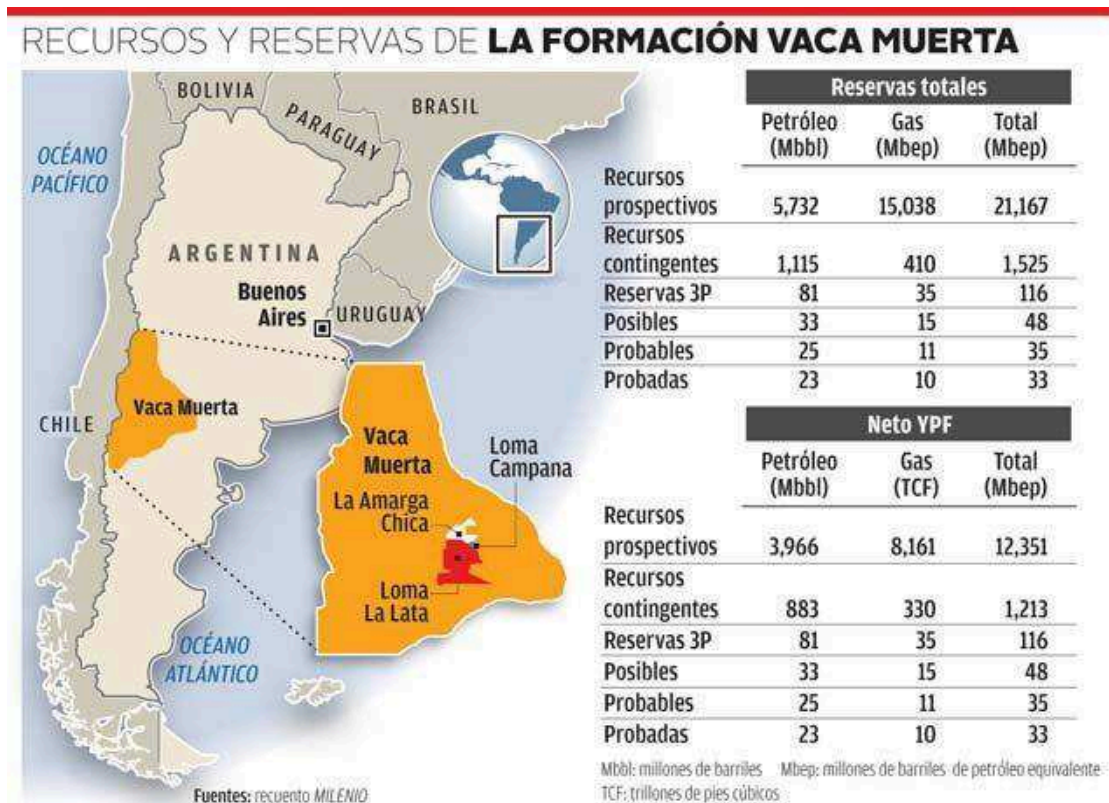
³¹ Conheça os principais investimentos chineses na América Latina. 5 maio 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_investimentos_china_venezuela_fl>.

³² Chinesa CNPC e PDVSA começam construção de refinaria em abril. 23 abril 2012. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE83M07A20120423>>.

hidrelétricas (uma chamada Kirchner e outra Cepernic) na província de Santa Cruz³³. O petróleo continua sendo um grande atrativo para os investimentos chineses. O maior deles foi em março de 2010, quando a CNOOC comprou 50% da petroleira argentina Bidas por US\$ 3,1 bilhões. Em novembro do mesmo ano, a Bidas, já de maioria chinesa, adquiriu 60% da Pan American Energy por US\$ 7 bilhões. E em fevereiro do ano seguinte, a Pan American Energy adquiriu 100% dos ativos da Esso Argentina por mais de US\$ 800 milhões³⁴.

Em 2012, a China se associou à empresa estatal argentina YPF para a exploração de petróleo de xisto na gigantesca reserva de Vaca Muerta³⁵. Esta reserva é calculada como a segunda maior reserva de gás de xisto do mundo e a quarta de petróleo.

Figura 3: Recursos e Reservas da Formação “Vaca Muerta”



Fonte: Taringa.net

No que tange ao Brasil, a Petrobras brasileira e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) chinesa estão supostamente estudando a viabilidade de operações

³³ O Governo chinês lança para a Argentina um salva-vidas econômico. 19 jul. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/19/internacional/1405742581_950064.html>.

³⁴ Conheça os principais investimentos chineses na América Latina. 5 maio 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_investimentos_china_venezuela_fl>.

³⁵ Quais são os negócios dominados pela China em outros países? 26 abril 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150421_investimentos_china_lgb>

conjuntas de exploração, refino e construção de gasodutos em todo o mundo. Além disso, em 2010, a Sinopec, maior refinaria chinesa, adquiriu 40% da espanhola Repsol no Brasil por US\$ 7,1 bilhões. Um ano depois, expandiu suas operações no país com a aquisição por mais de US\$ 5 bilhões de 30% das operações da petroleira portuguesa GALP³⁶.

Já em 2013, três empresas chinesas estavam entre as onze que participaram do leilão do campo de Libra, na bacia de Santos, a maior descoberta de petróleo já feita no país (a CNOOC, a CNPC e a Sinopec, inscrita em parceria com a espanhola Repsol). O leilão foi ganho pelo consórcio formado pelas empresas Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC. Cada empresa chinesa vencedora do consórcio terá o percentual de 10%³⁷. Já a Sinopec, também participante do leilão, possui, desde 2009, um acordo de cooperação com a Petrobras³⁸. E, em 2016, a Petrobrás assinou um acordo similar com o China Development Bank (CDB) com o objetivo de fornecer petróleo a empresas chinesas pelos próximos anos por meio de um financiamento de US\$ 10 bilhões³⁹.

Já no Equador, o consórcio Andes Petroleum, liderado pela RPC, comprou os ativos petrolíferos e oleoduto da companhia canadense EnCana em 2005 (RUBIOLO, 2010; LI, 2007). Um ponto de atenção na relação sino-equatoriana são os boatos de que a decisão do presidente Rafael Correa de explorar petróleo em uma reserva dentro da Amazônia equatoriana foi motivada por pressão chinesa⁴⁰. Desde 2008, quando decretou a moratória de parte de sua dívida externa, o Equador passou a ter nos chineses seus principais credores⁴¹. E o óleo extraído do Parque Nacional Yasuní poderia servir para suprir a demanda exigida por Beijing.

³⁶ Conheça os principais investimentos chineses na América Latina. 5 maio 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_investimentos_china_venezuela_fl>

³⁷ Grupo com Petrobras, Shell, Total e chineses vence 1º leilão do pré-sal. 21 out. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/21/resultado-leilao-pre-sal-libra.htm>>. Petrobras, Shell, Total e empresas chinesas vencem leilão do Campo de Libra. 21 out. 2013. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/petrobras-shell-total-e-empresas-chinas-vencem-leilao-do-campo-de-libra>>.

³⁸ Banco chinês financiará US\$ 10 bi para Petrobrás. 19 maio 2009. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/05/090519_china_lula_dg.shtml>. Petrobras assina acordo de cooperação com a China. 15 abril 2010. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspotpetrobras.com.br/2010/04/15/petrobras-assina-acordo-de-cooperacao-com-a-china/>>.

³⁹ Petrobrás assina termo de compromisso para financiamento de US\$ 10 bilhões com banco chinês. 29 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.petronoticias.com.br/archives/80560>>.

⁴⁰ Pressão chinesa teria levado Equador a buscar petróleo em reserva amazônica. 5 set. 2013 Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/pressao-chinesa-teria-levado-equador-a-buscar-petroleo-em-reserva-amazonica,a8b0f37a09ae0410VgnCLD200000dc6eb0aRCRD.html>>.

⁴¹ China intensifica corrida pelo petróleo sul-americano. 11 out. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/china-intensifica-corrida-pelo-petr%C3%B3leo-sul-americano/a-17148422>>.

Em 2009, a PetroChina emprestou US\$ 1 bilhão à Petroecuador a um juro anual de 7,25%. Logo depois, mais dinheiro chinês começou a escoar para projetos hidrelétricos e outras infraestruturas⁴². Em 2013, o presidente equatoriano anunciou que a estatal chinesa CNPC investiria 12,5 bilhões de dólares na modernização e construção de novas refinarias no Equador. Até aquele momento a dívida equatoriana com Beijing já chegava a 7,8 bilhões de dólares, grande parte relacionada ao setor petrolífero. A China começou a se aproximar do Equador em 2007, quando o presidente Correa chegou ao poder, em busca de fontes de recursos naturais para sua gigantesca indústria⁴³.

Já na Colômbia, CNPC e ONGC Videsh, companhia indiana de petróleo, adquiriram 50% da Omimex da Colômbia (LI, 2007). Essa associação possui dois objetivos: o óbvio, melhorar o posicionamento chinês na competição internacional por fontes de energia, e o não tão óbvio, evitar o aumento dos preços que a concorrência entre as duas empresas geraria (RUBIOLO, 2010).

No continente africano, as relações com a China se intensificaram na década de 1990 e, principalmente, na de 2000. Desde lá a RPC duplicou seus esforços para incrementar sua presença no setor petrolífero do continente. Esta iniciativa foi acompanhada pelo aumento dos laços bilaterais de cooperação em diversas áreas e na formação da FOCAC, o Fórum de Cooperação China-África, considerado um importante passo para a revitalização e fortalecimento das relações sino-africanas.

A necessidade de obtenção de recursos energéticos de fontes alternativas foi o principal motivo das relações sino-africanas. Lembrando que a aproximação da China estava guiada pelos cinco princípios de coexistência pacífica da política exterior de Beijing, que não impõem condicionalidades (como democracia, direitos humanos e pluripartidarismo) aos países africanos, com exceção do não reconhecimento de Taiwan, obrigatório. Com isso, os chineses levam os “negócios à parte” a um nível próprio que despertou o interesse dos governantes dos países da África.

Com isso, o crescimento dos IED de empresas chinesas no continente cresceu mais de 300% de 2003 para 2004 (RIBEIRO, 2010). Os maiores provedores de petróleo cru da China

⁴² EQUADOR - Recorrer à ajuda dos chineses pode custar muito caro. 3 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/19950/EQUADOR---Recorrer-a-ajuda-dos-chineses-pode-custar-muito-carro/>>.

⁴³ Negócio da China na Amazônia Equatoriana.05 set. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/neg%C3%B3cio-da-china-na-amaz%C3%B4nia-equatoriana/a-17069673>>.

no continente africano são Angola, Sudão, Líbia, Congo e Guiné Equatorial. A alta concentração nesses cinco países somavam 94.7% do total proveniente da África em 2010 e é explicada pela predisposição da China de manter laços comerciais com países que, por circunstâncias políticas internas, sofrem embargos e sanções dos países centrais do sistema internacional (RUBIOLO, 2010).

A Angola, em 2016, superou a Rússia e a Arábia Saudita como o principal fornecedor de petróleo para a China⁴⁴, importando 4,72 milhões de toneladas de petróleo somente em julho deste ano, o que representa 1,11 milhões de barris por dia. O país já em 2005 havia recebido um empréstimo de US\$2 bilhões em troca de acordos de exploração e comércio de petróleo⁴⁵.

No mesmo ano, na Nigéria, a PetroChina assinou um acordo de fornecimento de 30.000 barris de petróleo cru por dia com a Nigerian National Petroleum, no valor de US\$ 800 milhões. No ano seguinte, a CNOOC concordou em pagar US\$ 2,3 bilhões pela exploração de 45% do campo de petróleo e gás na Nigéria (OURIQUES; SCHMIDT, 2015).

Assim como em Angola e na Nigéria, as empresas chinesas investem no Sudão principalmente motivadas pela área de infraestrutura e extração. Segundo Rubiolo (2010), o Sudão produziu aproximadamente 480 mil bpd (barris de petróleo dia) em 2009, dos quais 86 mil bpd foram consumidos internamente e o restante (394 mil bpd), foi exportado. Destes, a RPC garantiu 54% (214 mil bpd). A relação entre China e Sudão é bem peculiar: desde que a China entrou no país, no final da década de 1990, o país passou de importador de petróleo para exportador. Além disso, o país asiático desenvolveu campos de operações petrolíferas e construiu refinarias no Sudão (NELSON, 2006).

Na Argélia, a Sinopec assinou um contrato de US\$ 525 milhões para desenvolver o campo petrolífero de Zarzaitine, em 2002 e, no ano seguinte, a CNPC comprou refinarias argelianas por US\$ 350 milhões. As empresas chinesas também começaram a investir em países como Congo e Namíbia, buscando estabelecer novas refinarias de petróleo (OURIQUES; SCHMIDT, 2015). Além disso, a China firmou um acordo com o Vietnã para

⁴⁴ Angola supera Arábia Saudita e Rússia como principal fornecedor de petróleo a China. 25 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.mercado.co.ao/business/angola-o-maior-fornecedor-de-petroleo-da-china-em-julho/>>.

⁴⁵ Angola é o maior fornecedor de petróleo da China. 26 out. 2016. Disponível em: <<http://opais.co.ao/angola-e-o-maior-fornecedor-de-petroleo-da-china/>>

pesquisa e desenvolvimento na exploração de petróleo e gás no golfo de Tonkin (NELSON, 2006).

Na Ásia, a China assinou um acordo com o Turcomenistão para o desenvolvimento de projetos da indústria de petróleo e gás até 2030 (NELSON, 2006) e o oleoduto existente entre a China e o Cazaquistão, desenvolvido conjuntamente pela CNPC e pela Kazmunaigaz, estatal cazaque, somente em 2009, transportou pelo oleoduto sino-cazaque 7,73 milhões de toneladas de petróleo bruto ao território chinês⁴⁶. No país, os chineses também compraram parte de um grande campo de petróleo, o Kashagan, por 5 bilhões de dólares⁴⁷.

Os chineses ainda prometeram US\$ 46 bilhões para o Paquistão durante a visita do presidente chinês Xi Jinping ao país em 2015. O investimento seria direcionado para a infraestrutura paquistanesa e para projetos de energia⁴⁸.

A China ainda possui grandes interesses em seu arredor: o Mar da China Meridional que circunda as Ilhas Spratly pode se tornar uma possibilidade de abastecimento de petróleo. De acordo com estimativas oficiais chinesas, as reservas de petróleo são algo entre 23 e 30 bilhões de toneladas (ZHANG, 2008 apud RUBIOLO, 2010). Há um único problema nessa situação: tanto a plataforma submarina quanto alguns arquipélagos (principalmente o das Ilhas Spratly) estão no centro de uma disputa territorial entre Brunei, Malásia, Vietnam, Filipinas, Taiwan e China.

A disputa política está ocorrendo, oficialmente, de maneira pacífica no âmbito da ASEAN, a Associação de Nações do Sudeste Asiático, o que converge com os interesses chineses em um ambiente estável para a região. A RPC procura a paz para que possa se concentrar no âmbito interno, assegurar as rotas de comércio (abastecimento de petróleo e outros) e solucionar futuramente o conflito de uma maneira que permita a exploração dos recursos do arquipélago.

Na década de 1980, a China havia proposto o congelamento das disputas fronteiriças e a organização de *joint ventures* para exploração do petróleo. Diante da recusa por parte dos

⁴⁶ Oleoduto sino-cazaque já leva 20 milhões de toneladas de petróleo à China. 25 jan. 2010. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t653705.htm>>.

⁴⁷ China compra parte de grande campo de petróleo no Cazaquistão. 7 set. 2013. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE98601020130907>>.

⁴⁸ Xi Jinping Plans to Fund Pakistan. 21 abril 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/04/22/world/asia/xi-jinping-plans-to-fund-pakistan.html>>.

vizinhos, com ativa cobertura dos Estados Unidos e Japão, desencadeou-se a instalação de bases aeronavais na área, principalmente pela China. (CHACON, 2003).

A situação, entretanto, talvez perca a sua pacificidade porque os Estados Unidos, no final de 2015, desafiou a China quando um de seus *Navy Destroyer* circundou as ilhas⁴⁹. Sobre a situação, o ministro das relações exteriores chinês, Wang Yi, insistiu para os EUA “pensarem duas vezes antes de tomarem qualquer ação imprudente”.

Disputa similar está ocorrendo em outro conjunto de ilhas ao sul da China, chamado Paracel Islands, desta vez somente envolvendo o país e o Vietnã. A RPC, para fortalecer suas reivindicações territoriais sobre o Mar da China Meridional, acumulou areia e sedimentos do fundo do mar em recifes e criou, até agora, sete novos ilhéus na região. Com a velocidade e a escala das construções, as tensões aumentaram ainda mais e alarmaram os outros países com interesse na região⁵⁰.

Até o momento, a RPC construiu instalações portuárias, edifícios militares e uma pista de pouso nas ilhas, e possui mais duas pistas de pouso em construção. Embora pequenas demais para suportar grandes unidades militares, as Ilhas Spratly e Paracel permitirão patrulhas aéreas e marítimas chinesas sustentadas da área, e as ilhas poderiam permitir que a China exercesse mais controle sobre a pesca na região, além de possíveis reservas de gás e petróleo⁵¹.

O encontro entre um *cruiser* da marinha americana que patrulhava a região e um navio de guerra chinês somente aumentou a tensão. Além disso, os EUA informaram ter detectado veículos chineses de artilharia móvel e mísseis *surface-to-air* no local. Os Estados Unidos não reconhecem as reivindicações de soberania chinesa na região e têm enviado navios de guerra e aviões militares perto dos postos avançados dos chineses para, supostamente, afirmar seu direito de livre navegação⁵².

⁴⁹ Challenging Chinese Claims, U.S. Sends Warship Near Artificial Island Chain. 26 out. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/10/27/world/asia/challenging-chinese-claims-us-sends-warship-near-artificial-island-chain.html>>.

⁵⁰ Obama Calls on Beijing to Stop Construction in South China Sea. 18 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/11/19/world/asia/obama-apec-summit-south-china-sea-philippines.html>>.

⁵¹ What China Has Been Building in the South China Sea. 27 out. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2015/07/30/world/asia/what-china-has-been-building-in-the-south-china-sea.html>>.

⁵² Missiles Deployed on Disputed South China Sea Island, Officials Say. 17 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2016/02/18/world/asia/china-missiles-south-china-sea.html>>.

Estimativas apontam que até 2050 a China precisará de três vezes mais recursos para atender a sua demanda de energia. É por isso que o investimento em energia ofusca os demais setores: desde 2005, são cerca de US\$ 400 bilhões destinados a prover necessidades energéticas a seus 1,4 bilhão de habitantes⁵³. Inclusive fora desses principais “centros” de investimento energético (Rússia, Oriente Médio, África e América Latina) a China vem tentando realizar as mesmas ações, como, por exemplo, com o investimento chinês no Canadá, quando a estatal CNOOC investiu US\$ 15 milhões na petrolífera canadense Nexen⁵⁴.

Elas, entretanto, nem sempre são bem recebidas. Um exemplo disso foi a tentativa chinesa de comprar a Unocal por meio de sua estatal CNOOC. Republicanos no Congresso norte-americano chegaram a cogitar proibir em lei a venda de empresas do setor de energia para estrangeiros antes dos chineses retirarem sua proposta de compra⁵⁵. Como ressaltou Arrighi (2008 apud RIBEIRO, 2010), embora a Unocal já tivesse concordado com a compra pela Chevron, como acabou ocorrendo, o Congresso aprovou uma resolução, por 398 votos a 15, que afirmava que permitir à CNOOC comprar a Unocal poderia “pôr em risco a segurança nacional dos Estados Unidos”.

Por meio desse último exemplo obtemos a confirmação de que alguns países já se sentem ameaçados pela “fome” chinesa por fontes energéticas. Sobre isso, Kerr (2012, p. 64) observou “nota-se que a expansão do consumo [de energia] dos países pobres e emergentes, é percebida como uma ameaça à segurança energética pelos países mais ricos”.

⁵³ Quais são os negócios dominados pela China em outros países? 26 abril 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150421_investimentos_china_lgb>.

⁵⁴ La china Cnooc compra la petrolera Nexen. 23 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.infobae.com/2012/07/23/1054942-la-china-cnooc-compra-la-petrolera-nexen/>>.

⁵⁵ Sob pressão, chineses desistem da Unocal. 3 ago. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0308200518.htm>>.

6. CAPÍTULO 5: AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ENERGÉTICAS DA CHINA

No final de toda essa análise sobre os investimentos chineses e a política externa agindo em prol da segurança energética do país, podemos observar três interesses principais dos países importadores de energia que abrangem a problemática do acesso aos recursos energéticos, de acordo com Conant & Gold (1981 apud KERR, 2012): o suprimento de energia importada deve ser suficiente para não colocar em risco a segurança nacional do país; o suprimento de energia importada deve ser contínuo para que o país não seja vulnerável nem tenha repercussões políticas e econômicas negativas; e a energia importada deve ser obtida a preços “razoáveis”⁵⁶. Esses três fatores constituem “um trio indissolúvel de interesses energéticos e a falta de qualquer um desses fatores pode ter consequências desastrosas para o bem-estar econômico, a estabilidade política e a segurança nacional do país consumidor.” (KERR, 2012, p. 81).

Outro ponto importante a mencionar é que existem diversas formas de ampliar a Segurança Energética, mas cada país tende a concentrar esforços em algumas, que passam a ser consideradas como parte de sua estratégia prioritária. Ainda segundo Kerr (2012, p. 83), é possível classificar as principais estratégias em três grandes categorias:

1. A Estratégia da autossuficiência energética, virtualmente inviável como estratégia principal para as grandes potências, embora a busca por autonomia energética possa minimizar o problema dos países que são excessivamente dependentes de energia importada. Essa estratégia pode ser operacionalizada basicamente através dos seguintes mecanismos:

- 1.1. A diversificação da matriz energética, para que esta tenha o maior número possível de fontes de energia, que é a estratégia mais importante para evitar possíveis colapsos ou os efeitos da escassez de uma fonte de energia específica. Ela pode ser uma estratégia que viabilize uma futura autossuficiência energética, embora este não seja necessariamente o objetivo central.

⁵⁶ O preço pago deve guardar alguma relação com o custo de formas alternativas de energia e também refletir o fato de que as atuais fontes de energia não são renováveis e suas reservas estão diminuindo.

1.2. A descentralização da infraestrutura de geração e distribuição de energia, com vistas à redução da probabilidade de que danos à infraestrutura provoquem o colapso do fornecimento de energia temporária ou definitivamente.

1.3. A inovação energética, geralmente pautada pelo desenvolvimento de novas tecnologias de geração, distribuição e consumo de energia.

1.4. A eficiência energética, que pode envolver melhorias pontuais em determinados setores do sistema energético, ou ser implementada através de ganhos de eficiência, geralmente envolvendo o uso de tecnologias ou infraestruturas mais eficientes e econômicas.

2. A estratégia do aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia, que pode ser obtido por meio:

2.1. Da diversificação dos fornecedores externos, o que pode ser obtido por acordos comerciais, por influência político-diplomática ou até mesmo por simples mecanismos de mercado;

2.2. Da militarização do controle de recursos energéticos no exterior, ou a tentativa de controlar diretamente as fontes de recursos energéticos no exterior, geralmente mediados pela securitização e militarização, muitas vezes envolvendo disputas entre os países importadores e exportadores de energia, e, inclusive, guerras pelo controle dos recursos petrolíferos.

3. A estratégia da integração energética regional, envolvendo a integração da infraestrutura e das cadeias produtivas de energia em uma região ou continente, geralmente permeando processos de integração.

É possível utilizar diferentes estratégias de segurança energética ao mesmo tempo, entretanto, geralmente os países priorizam uma ou duas. Kerr (2012, p. 84) também fala sobre as variáveis que mais influenciam na escolha do país por uma determinada estratégia em detrimento de outra:

[...] São (I) o nível e soberania e autonomia para tomar decisões relevantes para o planejamento e estratégia energética; (II) o equilíbrio de forças entre os grupos políticos mais relevantes dentro do país, e (III) as capacidades tecnológicas e produtivas acumuladas pelo Estado em questão.

No caso da China, as principais estratégias escolhidas foram a busca pela autossuficiência e o aumento de segurança no fornecimento externo. No primeiro caso caberia o esforço para a diversificação da matriz energética, pela busca chinesa por outras fontes de energia que não o carvão e o petróleo; e a inovação energética, pelo desenvolvimento de energias renováveis. E no segundo, a tentativa de diversificar os fornecedores externos, o que pode ser confirmado pelos investimentos chineses em outros países, principalmente na África e América Latina.

Embora não seja prioridade, a China também vem tentando obter uma maior eficiência energética (principalmente no uso do carvão), a descentralização da estrutura (pela construção dos oleodutos e pelas usinas eólicas e hidroelétricas estarem espalhadas pelo país) e, de certo modo, a militarização do controle de recursos energéticos no exterior, por causa da disputa pelas Ilhas Spratly e Ilhas Paracel.

Além disso, é importante constatar que, para a segurança energética chinesa, a dependência excessiva de uma única fonte, o carvão, torna a geração de energia menos segura. Entretanto, como a China ainda é autossuficiente nessa fonte, seria pior para sua segurança se o petróleo assumisse este lugar (o que, como já visto, não é algo impossível quando observarmos o rápido crescimento da demanda), mesmo se os países que fornecem o petróleo aumentassem ainda mais e se tornassem razoavelmente equilibrados em quantidade exportada (o que é não é e nem será o caso).

O melhor para a China, então, é continuar investindo em energias renováveis, posto que o país já é referência nesses tipos de energia, como maior investidor, produtor e, também, consumidor. Dessa forma, apesar de ser difícil de acreditar atualmente que a China consiga depender algum dia inteiramente dessas fontes, devido a sua gigante demanda, ela poderá aumentar sua autossuficiência energética com o progresso tecnológico que poderemos esperar ainda nessa geração. Principalmente pelos contínuos e crescentes investimentos nessa área. Na figura a seguir podemos observar alguns dos objetivos chineses no que tange à energia até 2020⁵⁷.

⁵⁷ Lembrando que a China vem superando suas metas energéticas até o momento. Inclusive, algumas das metas dos planos quinquenais estão sendo superadas em três ou quatro anos ao invés dos cinco usuais.



Fonte: China Daily com dados do Plano de Ação para o Desenvolvimento Energético (2014-2020)

Quem sabe, no futuro, a tecnologia utilizada nas fontes renováveis de energia já não estará em um patamar tão avançado a ponto de suprir toda a demanda energética chinesa apenas com energia limpa? Afinal, energia solar é facilmente adaptável em prédios e casas e o carro elétrico e a biomassa parecem serem as próximas apostas chinesas (IEA, 2012). Afinal, nem o petróleo nem o gás natural durarão para sempre e, até o momento, as fontes renováveis parecem ser os próximos substitutos dessas fontes e como coloca Kerr (2012, p. 116);

A potência que controla o modelo energético dominante em determinado período ou ciclo, é justamente aquela que acaba se tornando hegemônica, na medida em que aumenta a capacidade de acumular diferentes formas de riqueza e poder em relação às demais potências. Destaca-se que ao controlar a fonte de energia mais eficiente de cada período histórico, a potência hegemônica consegue liderar com maior facilidade o acúmulo de riqueza, de tecnologia e a construção de capacidades militares mais estratégicas de cada período histórico. Isto significa que a Inglaterra e os EUA ocuparam a função de potência dominante ou hegemônica, respectivamente na Era do Carvão e na Era do Petróleo, pois lideraram aquele ciclo de inovação tecnológica e exerceram maior controle sobre o uso daqueles recursos energéticos naturais, respectivamente, carvão e petróleo. Assim, pode-se afirmar que estes países controlaram de forma mais direta o que pode ser considerado o centro de decisão energético dos séculos XIX e XX, na medida em que lideraram os processos decisórios globais envolvidos no desenvolvimento tecnológico, exploração, transporte e uso dos recursos energéticos dominantes nos sistemas produtivos, energéticos ou logísticos de cada período.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este estudo buscou em sua primeira parte, analisar o forte crescimento chinês no campo econômico representado pelo aumento de seu produto interno bruto e o intenso papel que a indústria chinesa teve nisso. Nessa parte, o desenvolvimento dos produtos industriais, por meio da agregação de valor aos produtos e o contínuo desenvolvimento de produtos tecnológicos, fez com que a indústria sofresse uma grande transformação, posto que no começo da industrialização do país existia uma alta concentração em têxteis.

Além disso, é analisado o importante papel que o comércio exterior possuiu e ainda possui para que esse crescimento pudesse acontecer, embora esse não tenha sido o principal componente e indutor do ciclo econômico. Segundo Medeiros (2013), essa foi a função dos investimentos. Contudo, segundo Nonnenberg (2010), os investimentos são limitados pela rentabilidade esperada dos novos projetos, o que torna extremamente difícil o contínuo crescimento baseado neles. Em seu lugar, o autor defende que o aumento da capacidade produtiva deverá ser absorvido com o aumento das exportações ou com o aumento do consumo interno. Atualmente ambas as possibilidades podem acontecer, entretanto, é o aumento do consumo que vem demonstrando um maior resultado.

O segundo capítulo buscou demonstrar como o crescimento chinês forçou o país a utilizar mais e mais energia, normal em períodos de acelerado processo de desenvolvimento. O forte papel da indústria no produto interno bruto do país e o ainda pequeno peso do setor de serviços contribuíram ainda mais para que a China se tornasse o maior consumidor de energia. Isto, por sua vez, fez com que a RPC precisasse a todo custo aumentar seu fornecimento energético, afinal, o acesso à energia é crucial para o contínuo crescimento do país.

No terceiro capítulo foi mostrado que a estratégia chinesa para resolver a questão do aumento da demanda por energia pode ser analisado no âmbito interno e externo. No interno, o país focou no desenvolvimento de outras fontes energéticas priorizando aquelas de fontes renováveis, como eólica, solar e hidroelétrica. Dessa forma, transformou-se no maior investidor, produtor e consumidor de energia limpa. Entretanto, o carvão continuou como principal fonte de energia para a China. Já no âmbito externo, o país focou na procura por novos fornecedores externos de petróleo e gás natural. Independente da fonte energética, a RPC buscou aumentar a segurança energética do país, cujos pilares são a diversificação de fontes energéticas, a conservação de energia, o desenvolvimento de novas tecnologias e a manutenção da estabilidade política.

O quarto capítulo analisa a política externa chinesa e a utilidade desta para a sua segurança energética. É importante destacar aqui que a procura externa por energia ainda é de extrema importância para o país, visto que aproximadamente metade do petróleo consumido na China provém de fontes externas, sejam elas por meio da importação ou do investimento chinês em países que possam fornecer o produto à China. Outro ponto a frisar foi a procura chinesa por países que não são tradicionais exportadores de petróleo. Dessa forma, além da Rússia e do Oriente Médio, a RPC buscou seu entorno regional, a África e a América Latina.

E, no último capítulo analisamos as estratégias tomadas pela China para aumentar sua segurança energética e os objetivos energéticos para os próximos anos. Além disso, foram expostos os três principais interesses de países importadores de energia: o suprimento de energia importada deve ser suficiente para não colocar em risco a segurança nacional do país; o suprimento de energia importada deve ser contínuo para que o país não seja vulnerável nem tenha repercussões políticas e econômicas negativas; e a energia importada deve ser obtida a preços “razoáveis” (CONANT; GOLD, 1981 apud KERR, 2012).

Para concluir, a resposta para a pergunta de pesquisa “a segurança energética da China influenciou as tomadas de decisão de política externa?” é sim. Isso porque, como visto ao longo do trabalho, os acordos internacionais realizados principalmente da década de 1990 em diante foram conduzidos seguindo os moldes da política externa chinesa, pelo presidente Xi Jinping, que é a autoridade quando o assunto é política externa e, em sua maioria, foram fundamentais para aumentar a segurança energética da China, posto que eram essenciais para assegurar o fornecimento externo de petróleo e gás natural para a China.

ANEXO A

Quadro 1. Interpretações do desenvolvimento econômico chinês do pós-guerra

Autores	Período	Base de Dados	Abordagem	Fontes Principais	Evolução/Dinâmica
Fogel (2006)	1978-2002	<i>China statistical Yearbook</i>	Neoclássica, contabilidade do crescimento	Aumento da produtividade do trabalho nos três setores decorrente de investimentos em educação.	Sem descontinuidade significativa no período e impacto significativo dos fluxos migratórios na PTF.
Woo (1998)	1979-1993	<i>China Statistical Yearbook</i>	Contabilidade do crescimento	Aumento da acumulação de capital e trabalho excedente na agricultura.	Sem descontinuidade significativa no período e impacto significativo dos fluxos migratórios na PTF.
Lardy (2007)	1978-2006	<i>National Bureau statistics of China</i>	Keynesiana	Investimento como principal componente do crescimento, baixo consumo das famílias.	Crescente aumento da taxa de investimento na indústria pesada e das exportações líquidas a partir de 1990. Descontinuidade na estratégia em 2004.
Maddison (1998)	1952-1995	<i>China Statistical Yearbook</i> e base própria, estimativa do PIB a partir da metodologia da PPP	Contabilidade do crescimento	Mudança estrutural puxada pelos investimentos industriais e no período posterior a 1978 um maior peso das exportações.	Identificação de dois períodos distintos, 1952-78, baixo crescimento da produtividade e eficiência alocativa com economia de comando e 1978-1995, alto crescimento com reformas capitalistas.
Lo; Guicai (2006)	1978-2006	Banco Mundial	Macroeconomia pós-keynesiana/kaldoriana	Aumento da eficiência produtiva e alocativa liderada pelos investimentos industriais.	Descontinuidade em 1991 com <i>capital deepening</i> associada a industrialização pesada.
Lin, Cai, and Zhou (2003)	1978-2003	<i>National Bureau statistics of China</i>	Neoclássica	Crescimento em linha com as vantagens comparativa e deslocamento da mão de obra.	

Fonte: Medeiros (2013)

ANEXO B

Figure 1. Wind power capacity in China (GW), 2003-10

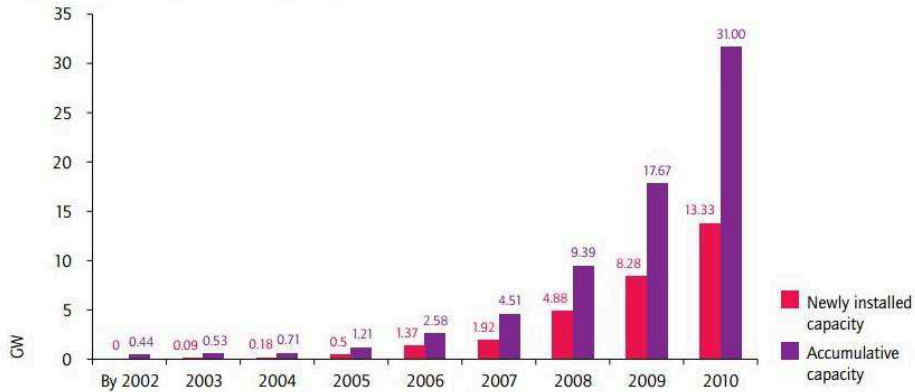
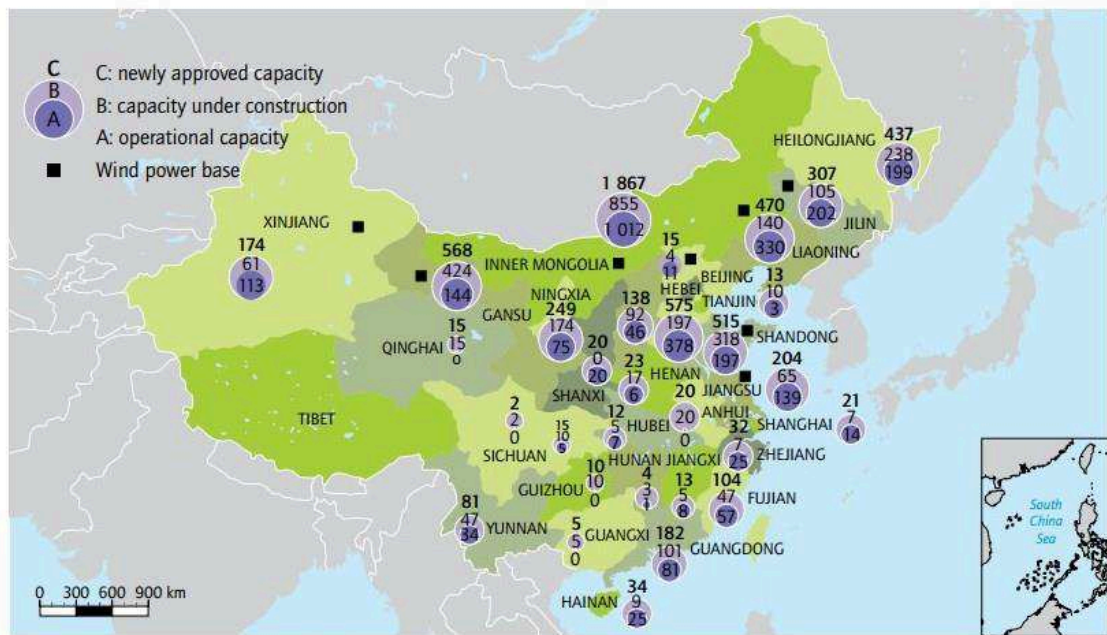


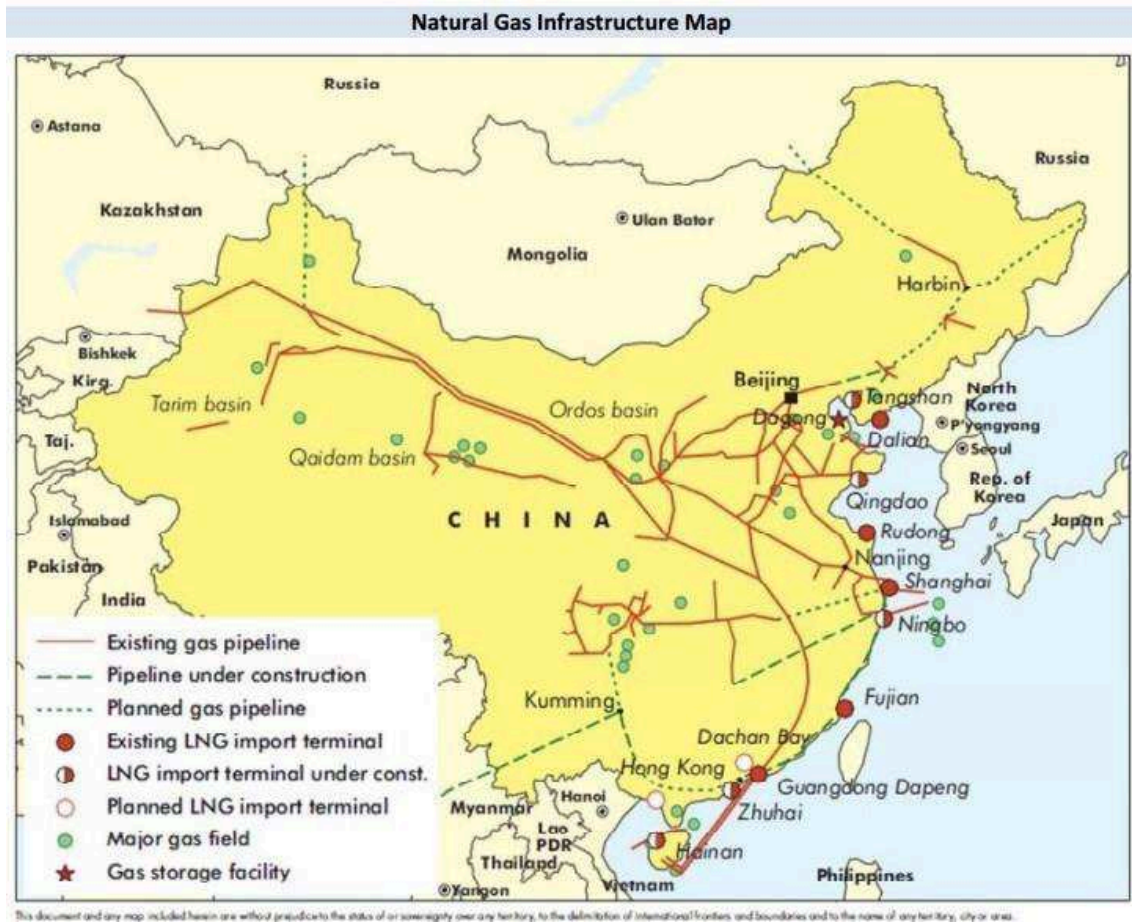
Figure 2. Wind power distribution in China



This map is for illustrative purposes and is without prejudice to the status of or sovereignty over any territory covered by this map.
 Source: HydroChina.

Fonte: IEA (2011)

ANEXO C



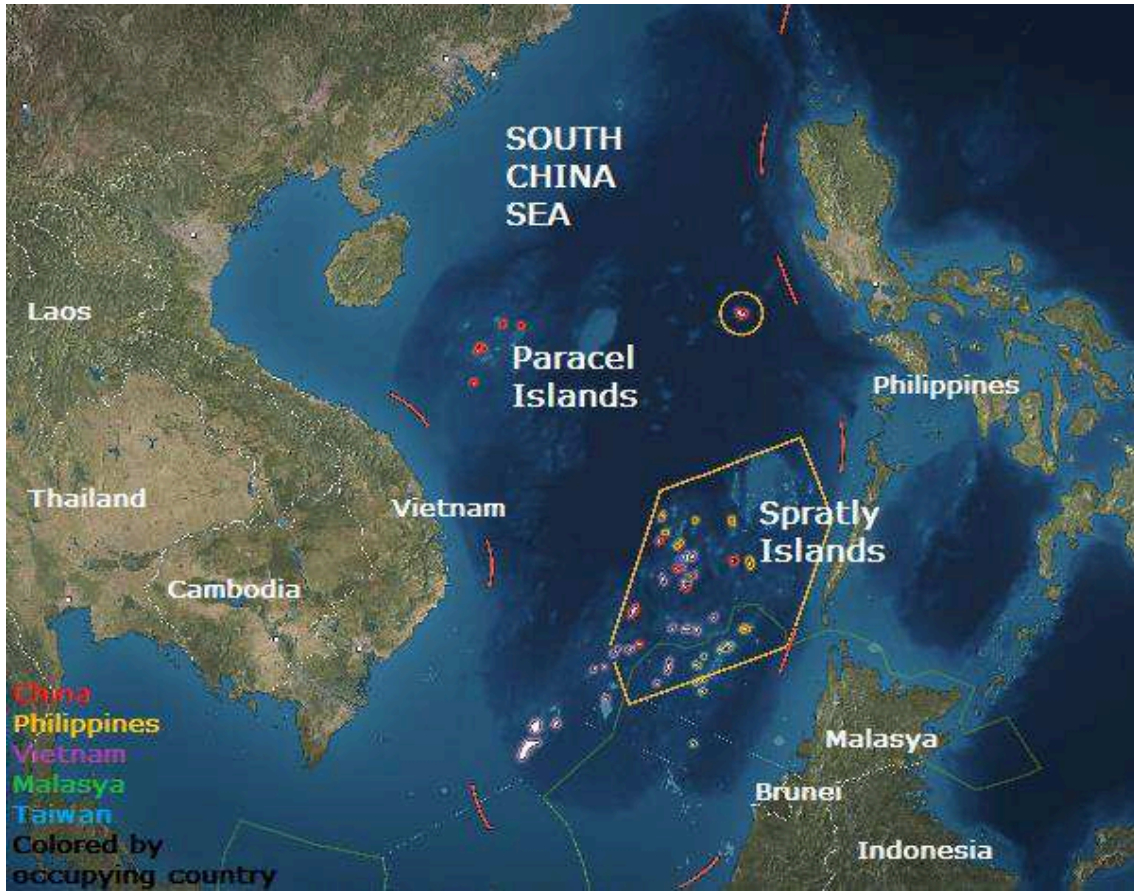
Fonte: IEA (2012)

ANEXO D



Fonte: IEA (2012)

ANEXO E



Fonte: New York Times

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, André. Os interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Nº 1, p. 25-32. Jan.- Mar. 2010.
- BASSO, Larissa; VIOLA, Eduardo. Chinese energy policy progress and challenges in the transition to low carbon development, 2006-2013. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 57, p.174-192, 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400211>.
- BBC NEWS. Banco chinês financiará US\$ 10 bi para Petrobrás. **BBC News**. 19 maio 2009. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/05/090519_china_lula_dg.shtml>. Acesso em: 15 out. 2016.
- BBC NEWS. Conheça os principais investimentos chineses na América Latina. **BBC News**. 5 maio 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_investimentos_china_venezueala_fl>. Acesso em: 15 out. 2016.
- BBC NEWS. Quais são os negócios dominados pela China em outros países? **BBC News**. 26 abril 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150421_investimentos_china_lgb>. Acesso em: 15 out. 2016.
- BECARD, Danielly Silva Ramos; MACEDO, Bruno Vieira de. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 57, n. 1, p.143-161, 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400108>.
- BENACHENHOU, Abdellatif. **Países Emergentes**. Brasília: FUNAG, 2013. 234 p.
- BENEVIDES, Neil Giovanni Paiva. O Cenário Energético no Mundo: Petróleo, Gás Natural. Relações Brasil-Estados Unidos no setor de energia: do Mecanismo de Consultas sobre Cooperação Energética ao Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis (2003-2007) – Desafios para a Construção de uma Parceria Energética. Brasília: FUNAG, p. 31-58, 2011.
- CHACON, Vamireh. Política externa da China na virada do século XX ao XXI. **Brasil e China: Multipolaridade**, Brasília, p.309-318, 2003.
- CHINA EMBASSY. Oleoduto sino-cazaque já leva 20 milhões de toneladas de petróleo à China. **China Embassy**. 25 jan. 2010. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t653705.htm>>. Acesso em: 16 out. 2016.
- CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 9-29, Nov. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400003&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000400003>.
- DEFESA NET. China intensifica corrida pelo petróleo sul-americano. **Defesa Net**. 15 out. 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/12659/China-intensifica-corrida-pelo-petroleo-sul-americano/>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- DEFESA NET. Equador - Recorrer à ajuda dos chineses pode custar muito caro. **Defesa Net**. 3 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/19950/EQUADOR--Recorrer-a-ajuda-dos-chineses-pode-custar-muito-caro/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

DEUTSCHE WELLE. China intensifica corrida pelo petróleo sul-americano. **DW**. 11 out. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/china-intensifica-corrida-pelo-petr%C3%B3leo-sul-americano/a-17148422>> Acesso em 21 out. 2016.

DEUTSCHE WELLE. Em franca expansão na China, energia eólica sofre revés na Alemanha. **DW**. 26 maio 2014. Disponível em: <<http://www.dw.de/em-franca-expans%C3%A3o-na-china-energia-e%C3%B3lica-sofre-rev%C3%A9s-na-alemanha/a-17663565>>. Acesso em: 15 out. 2016.

DEUTSCHE WELLE. Energia solar: países com maior capacidade instalada. **DW**. 03 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/energia-solar-pa%C3%ADses-com-maior-capacidade-instalada/a-16991069>>. Acesso em 21 oct. 2016.

DEUTSCHE WELLE. Negócio da China na Amazônia Equatorial. **DW**. 05 set. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/neg%C3%B3cio-da-china-na-amaz%C3%B4nia-equatorial/a-17069673>>. Acesso em: 21 out. 2016.

DEUTSCHE WELLE. Rússia fecha acordo bilionário para fornecimento de gás à China. **DW**. 21 maio 2014. Disponível em: <<http://www.dw.de/r%C3%BAssia-fecha-acordo-bilion%C3%A1rio-para-fornecimento-de-g%C3%A1s-%C3%A0-china/a-17651618>> Acesso em 21 out. 2016.

DOWNS, Erica S.. The Chinese Energy Security Debate. **The China Quarterly**, [s.l.], v. 177, p.21-41, mar. 2004. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0305741004000037>.

EL PAÍS. O Governo chinês lança para a Argentina um salva-vidas econômico. **El País**. 19 jul. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/19/internacional/1405742581_950064.html>. Acesso em: 15 out. 2016.

EXAME. China bate recorde mundial de instalação de energia solar. **Exame**. 24 jan. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/china-bate-recorde-mundial-de-instalacao-de-energia-solar/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

FATOS E DADOS. Petrobras assina acordo de cooperação com a China. **Fatos e Dados Petrobrás**. 15 abril 2010. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspotpetrobras.com.br/2010/04/15/petrobras-assina-acordo-de-cooperacao-com-a-china/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FERES, Paulo Fernando Dias. **Os Biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil**. Brasília: Funag, 2010. 300 p.

FILHO, P. J. R. JUSTINO, T. S. Um olhar sobre a mudança da composição do PIB Chinês: impactos e as alternativas para a economia brasileira. **Revista GeoUECE (Online)**, v. 5, n. 8, p. 78-92, jan./jun. 2016. ISSN 2317-028X.

FINANZAS DIGITAL. Venezuela despunta entre las principales inversiones de China en América Latina. **Finanzas Digital**. 5 maio 2014. Disponível em: <<http://www.finanzasdigital.com/2014/05/venezuela-destaca-entre-las-principales-inversiones-de-china-en-america-latina/>> Acesso em: 19 out. 2016

FOLHA DE S. PAULO. Sob pressão, chineses desistem da Unocal. **Folha de São Paulo**. 3 ago. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0308200518.htm>>. Acesso em: 16 out. 2016.

G1. Poluição no norte da China afeta cerca de 150 milhões de pessoas. **Jornal da Globo**. 30 jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/07/poluicao-no-norte-da-china-afeta-cerca-de-150-milhoes-de-pessoas.html>> Acesso em 21 out. 2016.

IEA – International Energy Agency. Disponível em: <<http://www.iea.org>>. Acesso em: 10 out. 2016.

IEA. People's Republic of China. **Oil & Gas Security: Emergency Response of IEA Countries**, France, p.1-19, 2012. Disponível em: <https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/China_2012.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

IEA. **Technology Roadmap: China Wind Energy Development Roadmap 2050** (标志、标准字组合), Beijing, China, p. 1-51, October, 2011.

INFOBAE. La china Cnooc compra la petrolera Nexen. **Infobae**. 23 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.infobae.com/2012/07/23/1054942-la-china-cnooc-compra-la-petrolera-nexen/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

Information Office of the State Council. **China's Energy Policy 2012**. The People's Republic of China. October 2012, Beijing. Consultado em 10 fev. 2016. Disponível em <http://www.gov.cn/english/official/2012-10/24/content_2250497.htm>

JARAMILLO, Patricio; LEHMANN, Sergio; MORENO, David. China, Precios de Commodities y Desempeño de América Latina: Algunos Hechos Estilizados. **Cuadernos de Economía**, Chile, v. 46, p.67-105, 2009.

JORNAL GGN. Petrobras, Shell, Total e empresas chinesas vencem leilão do Campo de Libra. **Jornal GGN**. 21 out. 2013. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/noticia/petrobras-shell-total-e-empresas-chinesas-vencem-leilao-do-campo-de-libra>>. Acesso em: 15 out. 2016.

LI, He. Red Star over Latin America. **Nacla**, p.24-44, set. 2007.

LYRIO, Mauricio Carvalho. A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos. Brasília: Funag, 2010. 252p.

MASIERO, Gilmar. Developments of biofuels in Brazil and East Asia: experiences and challenges. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, p.97-117, 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista Econômica Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, Sept. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300004&lng=en&nrm=iso>. Access on 31 Sept. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572006000300004>.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A China e as Matérias Primas**. Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 209-227.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. **Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950–2008)**: América Latina, Ásia e Rússia, Brasília, v. 2, n. 1, p.435-489, 2013.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas**: desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília: Funag, 2013. 353 p.

MERCADO. Angola supera Arábia Saudita e Rússia como principal fornecedor de petróleo a China. **Mercado**. 25 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.mercado.co.ao/business/angola-o-maior-fornecedor-de-petroleo-da-china-em-julho/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

NELSON, Sonia Ambrósio de. **Expansão econômica e influência da China na África, Ásia e Pacífico**. Cingapura: UnB, 2006. 9 p.

NEW YORK TIMES. Challenging Chinese Claims, U.S. Sends Warship Near Artificial Island Chain. **New York Times**. 26 out. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/10/27/world/asia/challenging-chinese-claims-us-sends-warship-near-artificial-island-chain.html>>. Acesso em: 16 out. 2016.

NEW YORK TIMES. China Burns Much More Coal Than Reported, Complicating Climate Talks. **New York Times** 04 nov. 2015 Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/11/04/world/asia/china-burns-much-more-coal-than-reported-complicating-climate-talks.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

NEW YORK TIMES. Missiles Deployed on Disputed South China Sea Island, Officials Say. **New York Times**. 17 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2016/02/18/world/asia/china-missiles-south-china-sea.html>>. Acesso em: 29 out. 2016.

NEW YORK TIMES. Obama Calls on Beijing to Stop Construction in South China Sea. **New York Times** 18 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/11/19/world/asia/obama-apec-summit-south-china-sea-philippines.html>>. Acesso em: 29 out. 2016.

NEW YORK TIMES. Study Links 6.5 Million Deaths Each Year to Air Pollution. **New York Times** 27 jun. 2016. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2016/06/27/business/energy-environment/study-links-6-5-million-deaths-each-year-to-air-pollution.html?_r=0>. Acesso em: 15 out. 2016.

NEW YORK TIMES. What China Has Been Building in the South China Sea. **New York Times**. 27 out. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2015/07/30/world/asia/what-china-has-been-building-in-the-south-china-sea.html>>. Acesso em: 29 out. 2016.

NEW YORK TIMES. Xi Jinping Plans to Fund Pakistan. **New York Times**. 21 abril 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/04/22/world/asia/xi-jinping-plans-to-fund-pakistan.html>>. Acesso em: 16 out. 2016.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e Crescimento Econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p.201-218, abr. 2010.

O PAÍS. Angola é o maior fornecedor de petróleo da China. **O País**. 26 out. 2016. Disponível em: <<http://opais.co.ao/angola-e-o-maior-fornecedor-de-petroleo-da-china/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

KERR, Lucas. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

OURIQUES, Helton Ricardo; LUI, Aline. China e África: Uma parceria estratégica. *Boletim Meridiano* 47, Brasília, v. 13, p.19-27, nov. 2012.

OURIQUES, Helton Ricardo; SCHMIDT, Gabriela Bohrer. Presença da China na África: maldição ou benção?. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p.37-48, jan. 2015.

PETRONOTÍCIAS. Petrobrás assina termo de compromisso para financiamento de US\$ 10 bilhões com banco chinês. **Petronotícias**. 29 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.petronoticias.com.br/archives/80560>>. Acesso em: 15 out. 2016.

REUTERS. China compra parte de grande campo de petróleo no Cazaquistão. **Reuters**. 7 set. 2013. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE98601020130907>>. Acesso em: 16 out. 2016.

REUTERS. Chinesa CNPC e PDVSA começarão construção de refinaria em abril. **Reuters**. 23 abril 2012. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE83M07A20120423>>. Acesso em: 15 out. 2016.

REUTERS. Petroleira chinesa CNPC diz que pode elevar participação na russa Rosneft. **Reuters**. 30 maio 2016. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0YL1JC>>. Acesso em: 15 out. 2016.

REVISTA GALILEU. A gota d'água. **Revista Galileu**. 19 nov. 2014. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2014/11/gota-dagua.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

RIBEIRO, Valéria. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do Imperialismo econômico. **Revista Oikos**, vol. 9, n. 2. 2010.

RUBIOLLO, María Florencia. La seguridad energética en la política exterior de China en el siglo XXI. **CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política 2010**, 6 (Enero-Mayo). Acesso em: 21 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63313128004>>

SOUSA, Maria Eduarda Andrade e; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. As dinâmicas da cooperação China-África: perspectivas e controvérsias. **Boletim Meridiano 47**, Brasília, v. 14, n. 137, p.27-34, maio 2013.

State Council Information Office. (2007). **White Paper on Energy**. China's energy conditions and policies. Consultado el 10 de febrero de 2016. Disponible en: <<http://www.china.org.cn/english/environment/236955.htm>>.

TERRA. Pressão chinesa teria levado Equador a buscar petróleo em reserva amazônica. **Notícias Terra**. 5 set. 2013. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/pressao-chinesa-teria-levado-equador-a-buscar-petroleo-em-reserva-amazonica,a8b0f37a09ae0410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

THE ECONOMIST. China lending to Latin America: flexible friends. **The Economist**. 12 abril 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/americas/21600686-china-lends-disproportionately-countries-lack-other-options-flexible-friends>> Acesso em: 20 out. 2016.

UOL. Grupo com Petrobras, Shell, Total e chineses vence 1º leilão do pré-sal. **UOL Economia**. 21 out. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/21/resultado-leilao-pre-sal-libra.htm>>. Acesso em: 15 out. 2016.

UNComtrade. Database. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/dqBasicQuery.aspx>>. Acesso em: 09 out. 2016.

WORLD BANK. Disponível em:
<<http://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS>>. Acesso 12 Oct. 2016.

WORLD BANK. **China Overview**. Disponível em:
<<http://www.worldbank.org/en/country/china/overview>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ZHAO, SUISHENG. The China Model: can it replace the Western model of modernization?. **Journal of Contemporary China**, 19(65), June, 419–436, 2010.